

Veículo: Rádio Nazaré FM 100,7	Programa: Meio Dia com Você
Data: 22/02/2022	



Emissora: NAZARÉ FM 100,7

Programa: MEIO DIA COM VOCÊ

Apresentador(a): ISAAC FILHO

Data: 22/02/2022

Hora: 12:37:00

Duração: 00:25:48

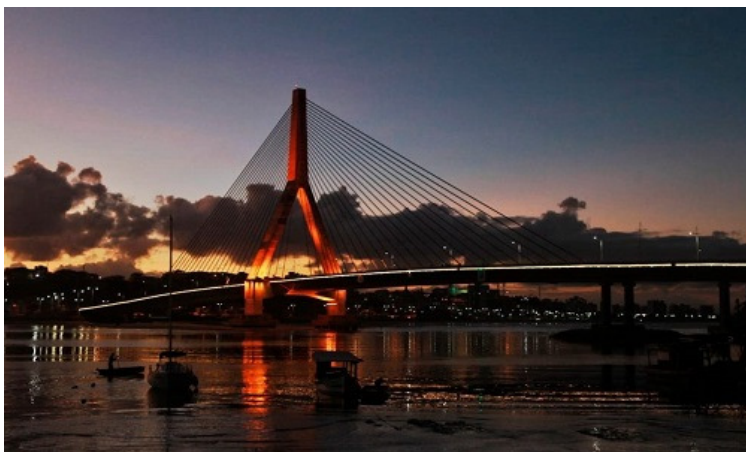
Entrevista com o Secretário Estadual da Fazenda Manoel Vítório

Sinopse: O apresentador pergunta ao secretário qual a avaliação de ano de 2021, entre outros assuntos.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/02/2022	Coluna: Economia



BAHIA INVESTE R\$ 18 BILHÕES E SEGUE EM SEGUNDO NO PAÍS



admin 22 Fevereiro, 2022

Os investimentos do governo baiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras, totalizaram R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021. A informação foi divulgada nesta terça-feira, 22, em nota oficial.

A despeito das dificuldades de acesso a operações de crédito e das sucessivas crises econômicas brasileiras no período, a Bahia mantém-se em segundo no ranking de investimentos entre os estados, ficando atrás apenas de São Paulo.

Em termos proporcionais, o governo baiano segue investindo mais que o paulista. Com um orçamento cinco vezes maior, São Paulo desembolsou R\$ 55,2 bilhões em investimentos, o que corresponde a apenas o triplo do valor registrado pelo Estado da Bahia.

“Apesar de todas as dificuldades e das crises que o país atravessa, temos muito orgulho de tudo que fizemos pelos baianos e baianas até aqui. Com fé, união e trabalho, ainda vamos proporcionar muitas transformações na vida do nosso povo”, destaca o governador Rui Costa.

Rio de Janeiro (R\$ 15,1 bilhões), Ceará (R\$ 15 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 12,8 bilhões) completam o ranking dos cinco estados que mais investiram de 2015 a 2021 em valores liquidados, ou seja, efetivamente desembolsados no período. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Foto: Mateus Pereira/GOVBA



Bahia investe R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021 e segue em segundo no país Os investimentos do governo baiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras, totalizaram R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021. A despeito das dificuldades de acesso a operações de crédito e das sucessivas crises econômicas brasileiras no período, a Bahia mantém-se em segundo no ranking de investimentos entre os estados, ficando atrás apenas de São Paulo. Em termos proporcionais, o governo baiano segue investindo mais que o paulista. Com um orçamento cinco vezes maior, São Paulo desembolsou R\$ 55,2 bilhões em investimentos, o que corresponde a apenas o triplo do valor registrado pelo Estado da Bahia. "Apesar de todas as dificuldades e das crises que o país atravessa, temos muito orgulho de tudo que fizemos pelos baianos e baianas até aqui. Com fé, união e trabalho, ainda vamos proporcionar muitas transformações na vida do nosso povo", destaca o governador Rui Costa. Rio de Janeiro (R\$ 15,1 bilhões), Ceará (R\$ 15 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 12,8 bilhões) completam o ranking dos cinco estados que mais investiram de 2015 a 2021 em valores liquidados, ou seja, efetivamente desembolsados no período. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, afirma que "preservar a capacidade de investimento do setor público e o pleno funcionamento dos serviços prestados à população, sem descuidar do equilíbrio das contas, são as principais diretrizes estabelecidas pelo governador Rui Costa desde o início da gestão". Ele acrescenta que, "para isso, têm sido fundamentais as ações de qualidade do gasto, modernização do fisco e combate à sonegação", lembrando que esses são os pilares do Modelo Bahia de Gestão. A continuidade das ações também tem sido importante para o aprimoramento de políticas que articulam equilíbrio fiscal e forte atuação do Estado, argumenta o secretário da Fazenda, observando que o embrião do controle de gastos e a prioridade para investimentos, por exemplo, são medidas que remontam à primeira gestão do ex-governador Jaques Wagner, já em 2007. Exemplos Saúde, segurança, educação, agricultura e infraestrutura em urbanismo, transporte, saneamento e habitação lideram os investimentos do governo baiano desde 2015. Destacam-se, entre outros investimentos, a construção de nove hospitais e 21 policlínicas regionais, a expansão do Metrô, que já é o segundo em extensão no Brasil, com 42 quilômetros de trilhos, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, a Via Metropolitana, as pontes Ilhéus-Pontal e Barra-Xique-Xique, além da construção e da recuperação de cerca de oito mil quilômetros de estradas. Foram construídas 65 delegacias, inaugurados 32 Distritos Integrados de Segurança (Disep) e implantados 22 Centros Integrados de Comunicação. Quatro novos Complexos Poliesportivos Educacionais já foram entregues entre 2019 e 2021, em Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié, e outros 19 estão em construção, de um total de 27. Foram entregues ainda 17 novas escolas, outras 89 estão em construção e 41 em licitação. Economia de R\$ 9 bilhões A Bahia acaba de contabilizar a economia real de R\$ 9 bilhões com as despesas de custeio, também entre 2015 e 2021, graças ao controle promovido pelo programa de Qualidade do Gasto Público. "Estes recursos que deixaram de ser dispendidos com o funcionamento da máquina foram redirecionados e ajudaram o Estado a manter o ritmo de investimentos", avalia Manoel Vitório. O sucesso do modelo de gestão, de acordo com o secretário, "tem ajudado o governo ainda a manter rigorosamente em dia os salários do funcionalismo, a cumprir os compromissos com fornecedores e a garantir a plena operacionalização dos serviços em áreas como a saúde, o que se mostrou vital e colocou a Bahia entre os Estados com maior êxito no combate aos efeitos da pandemia".



Os investimentos do governo baiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras, totalizaram R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021. A despeito das dificuldades de acesso a operações de crédito e das sucessivas crises econômicas brasileiras no período, a Bahia mantém-se em segundo no ranking de investimentos entre os estados, ficando atrás apenas de São Paulo. Os investimentos do governo baiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras, totalizaram R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021. A despeito das dificuldades de acesso a operações de crédito e das sucessivas crises econômicas brasileiras no período, a Bahia mantém-se em segundo no ranking de investimentos entre os estados, ficando atrás apenas de São Paulo. Em termos proporcionais, o governo baiano segue investindo mais que o paulista. Com um orçamento cinco vezes maior, São Paulo desembolsou R\$ 55,2 bilhões em investimentos, o que corresponde a apenas o triplo do valor registrado pelo Estado da Bahia. "Apesar de todas as dificuldades e das crises que o país atravessa, temos muito orgulho de tudo que fizemos pelos baianos e baianas até aqui. Com fé, união e trabalho, ainda vamos proporcionar muitas transformações na vida do nosso povo", destaca o governador Rui Costa. Rio de Janeiro (R\$ 15,1 bilhões), Ceará (R\$ 15 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 12,8 bilhões) completam o ranking dos cinco estados que mais investiram de 2015 a 2021 em valores liquidados, ou seja, efetivamente desembolsados no período. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório, afirma que "preservar a capacidade de investimento do setor público e o pleno funcionamento dos serviços prestados à população, sem descuidar do equilíbrio das contas, são as principais diretrizes estabelecidas pelo governador Rui Costa desde o início da gestão". Ele acrescenta que, "para isso, têm sido fundamentais as ações de qualidade do gasto, modernização do fisco e combate à sonegação", lembrando que esses são os pilares do Modelo Bahia de Gestão. A continuidade das ações também tem sido importante para o aprimoramento de políticas que articulam equilíbrio fiscal e forte atuação do Estado, argumenta o secretário da Fazenda, observando que o embrião do controle de gastos e a prioridade para investimentos, por exemplo, são medidas que remontam à primeira gestão do ex-governador Jaques Wagner, já em 2007. Exemplos Saúde, segurança, educação, agricultura e infraestrutura em urbanismo, transporte, saneamento e habitação lideram os investimentos do governo baiano desde 2015. Destacam-se, entre outros investimentos, a construção de nove hospitais e 21 policlínicas regionais, a expansão do Metrô, que já é o segundo em extensão no Brasil, com 42 quilômetros de trilhos, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, a Via Metropolitana, as pontes Ilhéus-Pontal e Barra-Xique-Xique, além da construção e da recuperação de cerca de oito mil quilômetros de estradas. Foram construídas 65 delegacias, inaugurados 32 Distritos Integrados de Segurança (Disep) e implantados 22 Centros Integrados de Comunicação. Quatro novos Complexos Poliesportivos Educacionais já foram entregues entre 2019 e 2021, em Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié, e outros 19 estão em construção, de um total de 27. Foram entregues ainda 17 novas escolas, outras 89 estão em construção e 41 em licitação. Economia de R\$ 9 bilhões A Bahia acaba de contabilizar a economia real de R\$ 9 bilhões com as despesas de custeio, também entre 2015 e 2021, graças ao controle promovido pelo programa de Qualidade do Gasto Público. "Estes recursos que deixaram de ser dispendidos com o funcionamento da máquina foram redirecionados e ajudaram o Estado a manter o ritmo de investimentos", avalia Manoel Vítório. O sucesso do modelo de gestão, de acordo com o secretário, "tem ajudado o governo ainda a manter rigorosamente em dia os salários do funcionalismo, a cumprir os compromissos com fornecedores e a garantir a plena operacionalização dos serviços em áreas como a saúde, o que se mostrou vital e colocou a Bahia entre os Estados com maior êxito no combate aos efeitos da pandemia.

Veículo: REVISTA NORDESTE

Canal de Comunicação:
INTERNET

Título: Bahia investe R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021 e segue em segundo no país 22 fevereiro 2022

Data: 22/02/2022

Link: <https://revistanordeste.com.br/bahia-investe-r-18-bilhoes-de-2015-a-2021-e-segue-em-segundo-no-pais-22-fevereiro-2022/>



Os investimentos do governo baiano em áreas como infraestrutura, mobilidade, estradas, saúde, educação, segurança e agricultura, entre outras, totalizaram R\$ 18 bilhões de 2015 a 2021. Apesar das dificuldades de acesso a operações de crédito e das sucessivas crises econômicas brasileiras no período, a Bahia mantém-se em segundo no ranking de investimentos entre os estados, ficando atrás apenas de São Paulo. Em termos proporcionais, o governo baiano segue investindo mais que o paulista. Com um orçamento cinco vezes maior, São Paulo desembolsou R\$ 55,2 bilhões em investimentos, o que corresponde a apenas o triplo do valor registrado pelo Estado da Bahia. "Apesar de todas as dificuldades e das crises que o país atravessa, temos muito orgulho de tudo que fizemos pelos baianos e baianas até aqui. Com fé, união e trabalho, ainda vamos proporcionar muitas transformações na vida do nosso povo", destaca o governador Rui Costa. Rio de Janeiro (R\$ 15,1 bilhões), Ceará (R\$ 15 bilhões) e Minas Gerais (R\$ 12,8 bilhões) completam o ranking dos cinco estados que mais investiram de 2015 a 2021 em valores liquidados, ou seja, efetivamente desembolsados no período. Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, afirma que "preservar a capacidade de investimento do setor público e o pleno funcionamento dos serviços prestados à população, sem descuidar do equilíbrio das contas, são as principais diretrizes estabelecidas pelo governador Rui Costa desde o início da gestão". Ele acrescenta que, "para isso, têm sido fundamentais as ações de qualidade do gasto, modernização do fisco e combate à sonegação", lembrando que esses são os pilares do Modelo Bahia de Gestão. A continuidade das ações também tem sido importante para o aprimoramento de políticas que articulam equilíbrio fiscal e forte atuação do Estado, argumenta o secretário da Fazenda, observando que o embrião do controle de gastos e a prioridade para investimentos, por exemplo, são medidas que remontam à primeira gestão do ex-governador Jaques Wagner, já em 2007. Exemplos Saúde, segurança, educação, agricultura e infraestrutura em urbanismo, transporte, saneamento e habitação lideram os investimentos do governo baiano desde 2015. Destacam-se, entre outros investimentos, a construção de nove hospitais e 21 policlínicas regionais, a expansão do Metrô, que já é o segundo em extensão no Brasil, com 42 quilômetros de trilhos, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, a Via Metropolitana, as pontes Ilhéus-Pontal e Barra-Xique-Xique, além da construção e da recuperação de cerca de oito mil quilômetros de estradas. Foram construídas 65 delegacias, inaugurados 32 Distritos Integrados de Segurança (Disep) e implantados 22 Centros Integrados de Comunicação. Quatro novos Complexos Poliesportivos Educacionais já foram entregues entre 2019 e 2021, em Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié, e outros 19 estão em construção, de um total de 27. Foram entregues ainda 17 novas escolas, outras 89 estão em construção e 41 em licitação. Economia de R\$ 9 bilhões A Bahia acaba de contabilizar a economia real de R\$ 9 bilhões com as despesas de custeio, também entre 2015 e 2021, graças ao controle promovido pelo programa de Qualidade do Gasto Público. "Estes recursos que deixaram de ser dispendidos com o funcionamento da máquina foram redirecionados e ajudaram o Estado a manter o ritmo de investimentos", avalia Manoel Vitório. O sucesso do modelo de gestão, de acordo com o secretário, "tem ajudado o governo ainda a manter rigorosamente em dia os salários do funcionalismo, a cumprir os compromissos com fornecedores e a garantir a plena operacionalização dos serviços em áreas como a saúde, o que se mostrou vital e colocou a Bahia entre os Estados com maior êxito no combate aos efeitos da pandemia".

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

CAMILA MACIEL

Agência Brasil, São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a redução de impostos “estruturalmente” não ajuda a reduzir a inflação. O tema veio à tona diante do anúncio do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo avalia reduzir em até 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributo federal que incide sobre os artigos industrializados, nacionais ou importados, à venda no país. Guedes participou do mesmo evento, seminário do banco BTG Pactual, na capital paulista, pela manhã.

“Você abaixa um imposto ou faz alguma coisa que abre mão de receita para obter um preço do produto mais baixo naquele momento, estruturalmente você não está ajudando a inflação. Você pode ter um queda no curto prazo, mas, na parte de expectativa de inflação, isso vai se incorporar e esse elemento tende a prevalecer estruturalmente, falando no médio e longo prazo”, declarou ao ser questionado sobre o tema. Ele destacou que essa análise leva em conta não apenas o Brasil, mas outros países que adotaram medidas semelhantes, como a Colômbia.

Ainda sobre inflação, o presidente do BC disse que projeta uma aceleração da queda da inflação ainda no primeiro semestre. “Quando a gente olha 12 meses, entre abril e maio, essa é a nossa visão”, disse. Campos Neto rejeitou a ideia de que tenha dito que esses seriam os meses de pico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado dos últimos 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresenta alta de 10,38%, pata-mos superior aos 10,06% registrados no período imediatamente anterior.

Campos Neto disse que o BC analisa a inflação no setor de serviços. “Subiu mais rápido e foi mais disseminada, a inflação industrial não caiu e, em parte, aumentou até a difusão”, disse. Ele credita parte desse movimento inflacionário à ca-

SEMINÁRIO Campos Neto reagiu ao anúncio do ministro Paulo Guedes, de que avalia reduzir em até 25% o IPI

Presidente do BC diz que redução de impostos não resolve inflação

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O economista Roberto Campos Neto tem mandato no BC até dezembro de 2024

deia de energia.

Em relação ao setor de serviços, o presidente do Banco Central disse que busca entender o que pode ter levado ao aumento dos preços. “Tentamos ver o que era recomposição de margem, o que tinha de salário. Estamos olhando a inflação de serviços mais de perto. A gente já esperava que ela fosse subir. O último número nos surpreendeu negativamente”, disse.

Criptomoedas

O presidente do Banco Central comentou ainda a apro-

vação em comissão do Senado do projeto de lei que busca regular o mercado de criptomoedas no Brasil. Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em caráter terminativo, a proposta que reconhece e regula o mercado no País. Caso não haja recurso para votação em plenário, o texto poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

“Tem algum outro PL [projeto de lei] na Câmara, mas a gente entende que pode ter alguma forma de apensa-

mento de projetos. É importante esse projeto, é um primeiro projeto, que fala das corretoras”, disse, considerando positiva a aprovação. Ele lembrou que o tema dominou boa parte de uma reunião recente com bancos centrais de diversos países. “Vejo uma certa preocupação, mas também vejo novas portas se abrindo para inovação financeira, para um sistema descentralizado que seja capaz de gerar inclusão, então a gente precisa colocar tudo em perspectiva.”

TRABALHADORES

Quase 2 milhões podem ser incluídos no PIS/Pasep

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Cerca de 1,9 milhão de trabalhadores podem ser incluídos no cadastro do Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para passarem a receber o abono salarial. A Dataprev, empresa estatal de tecnologia, está revisando possíveis inconsistências na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) até 15 de março.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, responsável pelo pagamento do abono salarial, a análise tem como objetivo evitar pedidos adicionais de revisão e garantir o direito dos trabalhadores.

Segundo a pasta, o montante de 1,9 milhão de trabalhadores equivale a apenas 3,5% dos 55 milhões de cadastros verificados pela Dataprev neste ano. Neste ano, o abono salarial referente ao trabalho em 2020 está sendo pago em fevereiro e março. Nos anos anteriores, o pagamento ocorria ao longo de 12 meses.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, os trabalhadores

que tiverem a revisão do cadastro aprovada serão avisados a partir de 16 de março por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital e pela plataforma Serviços do Trabalho no Portal Gov.br.

Além dos registros na Rais, este é o primeiro ano em que os registros no e-Social (plataforma eletrônica de registro dos dados de trabalhadores) estão sendo usados no processamento dos dados do abono salarial.

Até agora, a Dataprev concluiu o processamento de 96,5% dos cadastros, que resultaram em 22,7 milhões de trabalhadores elegíveis para receberem o abono salarial, 30,4 milhões inelegíveis e 1,9 milhão com a necessidade de processamento adicional.

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a aplicação, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).



ACB EM FOCO

A primeira reunião do Conselho Consultivo das Entidades Empresariais da Bahia

Acervo Pessoal



Giovanna Victer, secretária municipal da Fazenda de Salvador

Criado como fórum de discussão e sugestão de propostas que melhorem o ambiente de negócios, com maior segurança jurídica, aumento na arrecadação de impostos, geração de emprego, renda e bem estar social, o Conselho Consultivo das Entidades Empresariais da Bahia realizou a sua primeira reunião oficial na última segunda-feira.

Com a participação de mais de 30 líderes empresariais do estado, o encontro contou com a presença da secretária municipal da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer, que apresentou as principais ações da pasta no primeiro ano da atual gestão. Outros temas da reunião foram o reajuste do IPTU 2022, a elevação da taxa de lixo (TRSD) e um novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).

Com 210 anos de história, a Associação Comercial da Bahia (ACB) coordenou a criação do Conselho para estimular a união e ampliar a voz dos empresários baianos. “A ACB atua há mais de dois séculos como casa do empresário baiano. Por termos uma entidade transversal e com muita tradição, estamos promovendo este debate envolvendo representantes de todas as áreas produtivas, como comércio, serviço, indústria, construção civil, agronegócio e turismo”, justificou o presidente da entidade, Mário Dantas.

Como acrescentou o vice-presidente da ACB, Paulo Cavalcanti, a defesa constitucional da função social da empresa é a ideia motivadora do Conselho. “Queremos somar os esforços da ACB e outras entidades associativistas para termos mais representatividade. Buscamos uma consciência cidadã participativa para transformarmos essa cultura que as pessoas, incluindo muitos empresários, têm de não se envolver na gestão pública, e nem mesmo descer para as reuniões de condomínio, mas depois reclamar quando a conta chega.”

Já a secretária Giovanna Victer elogiou a criação do Conselho e a importância da interlocução com os setores produtivos para conhecer as demandas e encaminhar as melhores devolutivas para a sociedade e os diversos setores da economia. “A visão da Sefaz é que os contribuintes são nossos clientes e precisamos ter uma boa relação com eles. Estamos aqui para prestar serviços e queremos fazer isso da maneira mais positiva possível.”

Os assuntos mais abordados pelos participantes da reunião foram o novo valor do IPTU, o aumento da taxa de lixo e um novo Programa de Parcelamento Incentivado na capital baiana. Como indicou a secretária, a prefeitura está realizando simulações, atualizando cadastros, buscando propostas que levem à adoção das melhores soluções. “O que pudermos fazer para tornar o ambiente de negócios mais justo e organizado, nós faremos”, indicou Giovanna Victer.

Ao enfatizar a necessidade de um novo PPI municipal, o presidente Mário Dantas declarou que não é positivo para ninguém que existam empresas fechando as portas ou indo para a informalidade. “Queremos ver mais empresas com suas certidões negativas, com fôlego para sobreviver, voltando a contratar, movimentando a economia da nossa cidade”, sugeriu.

O advogado tributarista e vice-presidente da ACB, Marcelo Nogueira Reis, encerrou a reunião elogiando o fato de Salvador contar com uma secretária da Fazenda que entenda e admita as distorções que precisam ser corrigidas. “Estarmos juntos com a prefeitura discutindo caminhos já é bastante positivo. É uma indicação de que podemos resolver os problemas”, finalizou.

PREVENÇÃO

Bahia lança campanha contra praga no cacau

DA REDAÇÃO

Uma campanha publicitária de prevenção à Monilíase Cacaueira, fungo que atinge o fruto do cacau e cupuaçu, e pode dizimar plantações inteiras, foi lançada ontem pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri).

A iniciativa, apresentada no auditório do órgão (CAB), é feita em parceria com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e com a Superintendência do Mapa na Bahia, entrou na estratégia de prevenção estadual às pragas agrícolas por já ter chegado a uma área do Acre, na região Norte do País, em julho de 2021.

A campanha consiste em material informativo como folders, selos, além de peças nas redes sociais, spots de rádio e vinhetas para aeroporto. Este material, direcionado para técnicos, produtores e leigos, possui orientações para impedir que o risco chegue às lavouras baianas, comprometendo uma produção importante para a economia do estado. Participaram do lançamento autoridades, dentre elas o secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Josias

Fungo que atinge o fruto e o cupuaçu pode dizimar plantações inteiras

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br
 @satelite

●● Não podemos aceitar que a Bahia seja marcada por obras inacabadas. Na reta final da gestão do PT, é preciso dar transparência em contratos como o do VLT do Subúrbio

Cláudio Tinoco

Vereador de Salvador pela União Brasil, ao explicar o motivo da audiência pública que será realizada na Câmara Municipal hoje, a partir das 9h, em formato semipresencial

Ligações perigosas

Lauda da perícia realizada em smartphones apreendidos pela PF em endereços ligados à ex-chefe do Ministério Público do Estado (MP), Ediene Lousado, implica diretamente a promotora de Justiça na blindagem a acusados de participar do esquema de grilagem e venda de sentenças desarticulado pela Operação Faroeste. O documento retine transcrições e imagens de trocas de mensagem por WhatsApp, cuja autenticidade foi confirmada pela Satélite, e já está anexado aos autos da ação penal movida contra Ediene. Grande parte das conversas prova que, durante o tempo em que chefiou o MP, a promotora usou a influência para proteger investigados, vazou informações e atender favores de autoridades, com objetivo de se manter no poder.

ALÉM DA MIRA

A devassa sobre o material apreendido pela Faroeste em 14 de dezembro de 2020 traz também diálogos em que Ediene Lousado revela detalhes pouco conhecidos sobre o escândalo dos respiradores, incluindo a proximidade entre suspeitos e políticos graúdos.

Conversas secretas

O governo do estado mantém negociações avançadas com um grande grupo empresarial interessado em ocupar o espaço deixado pela Ford desde janeiro do ano passado, após a montadora fechar a fábrica de automóveis de Camaçari. O nome da companhia e o setor em que ela atua são mantidos sob grau máximo de sigilo pelo primeiro escalão do Palácio de Ondina, mas a expectativa é anunciar os detalhes do acordo em abril ou maio, caso ele vá adiante. No núcleo político do governo Rui Costa (PT), a concretização do negócio antes da campanha eleitoral é vista como arma para neutralizar críticas sobre a falta de empenho em recompor perdas causadas à economia do estado pela saída da Ford.

Tacho aceso

Embora o ator Mário Frias ainda se sustente na Secretaria Especial da Cultura, sabe lá até quando, a queda do seu braço direito, o PM baiano André Porciúncula, é tida como irreversível no Planalto. Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura desde outubro de 2020, Porciúncula controla a porteira da Lei Rouanet, mas enfrenta fritura em fogo alto. A ponto de ser o único da cúpula do órgão a ter gastos de viagem a Los Angeles revelados esta semana pelo governo federal.

Farinha pouca

Parlamentares da Bahia que integram a bancada petista no Congresso se queixam abertamente da postura distante adotada pelo senador Angelo Coronel (PSD) da base aliada ao partido, justo no momento de desarrumação da chapa governista para a disputa estadual. Nas conversas internas, deputados do PT acusam Coronel de pensar somente nele e nos planos políticos da família

Xis da questão

Em meio ao choque de versões sobre a candidatura do senador Jaques Wagner (PT) ao governo, caciques da base e da oposição têm só uma certeza: a de que Rui Costa vai concorrer ao Senado. Se Wagner permanece no páreo, abre a pista para o senador Otto Alencar (PSD) ou repete a dobradinha que ambos fizeram em 2010, ninguém arrisca palpite.

Como você vai curtir o Carnaval em casa e como gostaria de curtir?

De 21 a 24/02, poste, no Instagram, a sua foto de EXPECTATIVA x REALIDADE para o Carnaval de 2022.

Marque o @correio24horas e use a #CorreioFolia.

As fotos mais criativas serão publicadas na edição especial do jornal Correio dia 26/02.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 045/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2022 O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Santa Rita de Cássia (BA), no uso de suas atribuições legais comunica aos interessados e a população em geral que realizará licitação pública, modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global, sob regime de empreitada por preço unitário, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de obras e engenharia civil na reforma e ampliação do Parque de Vaquejada, na Sede deste Município, nos termos do Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projetos desenvolvidos pelo Município de Santa Rita de Cássia (BA). A entrega e a abertura das propostas será no dia 10 de março de 2022, às 09:00h (nove horas) no Auditório Municipal Eunápio Correia Rocha, na Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia, situada na Travessa Professora Helena Figuera, s/n, Centro, em Santa Rita de Cássia-BA. O Edital estará disponível em www.santaritadecassia.ba.gov.br. Quaisquer informações pelo e-mail licitacoes@outlook.com. Santa Rita de Cássia/BA, 22 de fevereiro de 2022. Eduardo Rodrigo Ribeiro Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAMUTÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2022 O Pregoeiro do Município de Tapiramutá-Ba, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2022. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Contratação de empresa(s) para a execução dos serviços de transporte escolar para alunos matriculados na rede municipal de ensino e para alunos matriculados no ensino médio da rede estadual de ensino, abrangendo a zona urbana e a zona rural do município de Tapiramutá/ba. O início do acolhimento das propostas será a partir das 09h00min do dia 04/03/2022, e o limite às 09h00min do dia 10/03/2022 (Horário de Brasília). A abertura das propostas será às 09h00min do dia 10/03/2022 (Horário de Brasília). O início da sessão pública será às 09h30min do dia 10/03/2022 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/20. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou <http://www.doem.org.br/ba/tapiramuta/editalis> e no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: licitacaotapir@gmail.com. Prefeitura Municipal de Tapiramutá, 22 de fevereiro de 2022 - Arcion Mendes Santos - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2022 O Pregoeiro do Município de Tapiramutá-Ba, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2022. Tipo Menor Preço por lote. Objeto: registro de preço para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de gêneros alimentícios de forma parcelada para servir de merenda escolar para os alunos das escolas municipais, visando atender às necessidades da secretaria municipal de educação. O início do acolhimento das propostas será a partir das 09h00min do dia 08/03/2022, e o limite às 09h00min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). A abertura das propostas será às 09h00min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). O início da sessão pública será às 09h30min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/20. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou <http://www.doem.org.br/ba/tapiramuta/editalis> e no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: licitacaotapir@gmail.com. Prefeitura Municipal de Tapiramutá, 22 de fevereiro de 2022 - Arcion Mendes Santos - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2022 O Pregoeiro do Município de Tapiramutá-Ba, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2022. Tipo Menor Preço por lote. Objeto: aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para medidas de segurança e combate à pandemia do COVID-19, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Tapiramutá/Ba. O início do acolhimento das propostas será a partir das 14h00min do dia 08/03/2022, e o limite às 14h00min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). A abertura das propostas será às 14h30min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). O início da sessão pública será às 14h30min do dia 11/03/2022 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/20. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou <http://www.doem.org.br/ba/tapiramuta/editalis> e no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: licitacaotapir@gmail.com. Prefeitura Municipal de Tapiramutá, 22 de fevereiro de 2022 - Arcion Mendes Santos - Pregoeiro.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2022 O Pregoeiro do Município de Tapiramutá-Ba, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2022. Tipo Menor Preço por lote. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atendimento das necessidades do Município de Tapiramutá-Ba. A abertura das propostas será às 09h00min do dia 09/03/2022 (Horário de Brasília). O início da sessão pública será às 09h30min do dia 09/03/2022 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/20. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou <http://www.doem.org.br/ba/tapiramuta/editalis> e no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: licitacaotapir@gmail.com. Prefeitura Municipal de Tapiramutá, 22 de fevereiro de 2022 - Arcion Mendes Santos - Pregoeiro.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2022 O Pregoeiro do Município de Tapiramutá-Ba, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2022. Tipo Menor Preço por lote. Objeto: registro de preços para eventual aquisição de pneus e câmaras, para atender às necessidades da frota de veículos e máquinas das secretarias do município de Tapiramutá. A abertura das propostas será às 14h00min do dia 09/03/2022 (Horário de Brasília). O início da sessão pública será às 14h30min do dia 09/03/2022 (Horário de Brasília). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decreto nº 10.024/20. O Edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br ou <http://www.doem.org.br/ba/tapiramuta/editalis> e no setor de Licitações da Prefeitura. Informações através do e-mail: licitacaotapir@gmail.com. Prefeitura Municipal de Tapiramutá, 22 de fevereiro de 2022 - Arcion Mendes Santos - Pregoeiro.



ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO

Palácio Rio Branco: suspensão da licitação é negada

HOTEL DE LUXO A Justiça federal indeferiu o pedido de urgência do Ministério Público Federal (MPF) que tinha por objetivo suspender a tramitação da licitação do Palácio Rio Branco. A decisão foi proferida pela juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa anteontem. Segundo a decisão, não há risco iminente à integridade histórica do Palácio ou à preservação dos seus elementos arquitetônicos e nem ilegalidade no procedimento licitatório. O espaço vai virar um hotel de luxo. “Não identifico motivos para a suspensão da contratação,

Segundo a decisão, não há risco iminente à integridade histórica do Palácio ou à preservação dos seus elementos arquitetônicos e nem ilegalidade na licitação

“Não identifico motivos para a suspensão da contratação, Cláudia Scarpa Juíza

vez que os projetos básicos, executivos e complementares, como frisou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na sua manifestação, ainda serão apresentados pela empresa vencedora dentro do cronograma estabelecido e deverão seguir as diretrizes técnicas impostas pelo Iphan. Apenas após esta fase é que será viável aferir se houve arbitrariedade na atuação dos réus”, afirmou a juíza. A empresa vencedora é a BM Varejo Empreendimentos, sócia do Hotel Rosewood, em São Paulo, de seis estrelas.

A juíza destacou ainda que não se pode esquecer que, “de fato, a restauração, manutenção e preservação de elementos históricos e culturais incorporados a imóveis públicos e tombados são bastante onerosas, notadamente para um Estado que sequer consegue prover o básico à sua população, diante da escassez dos recursos financeiros e das dificuldades econômicas enfrentadas neste momento. Sendo assim, as soluções alternativas buscadas pelo réu [o Estado] como forma de desonerar a máquina estatal atendem, em princípio, ao interesse público”.

Inema investiga morte de peixes no Recôncavo

SAUBARA O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) investiga a morte de dezenas de peixes no município de Saubara, no Recôncavo baiano, com base em denúncias de pescadores de comunidades próximas. Os profissionais afirmam que os registros estão sendo feitos desde o início de fevereiro.

O órgão está no local desde a última sexta-feira e diz ainda não ter encontrado vestígios de mortandade dos peixes. De acordo com o Inema, isso reforça a possibilidade de pesca feita com explosivos na região. Desde 1967, a atividade é proibida no Brasil. A pena varia de um a cinco anos. Na Baía de Todos-os-Santos, ao menos dez espécies de peixe vêm, aos poucos, desaparecendo. Denúncias podem ser feitas pelo 0800 071 1400 ou pelo e-mail: denuncia@inema.ba.gov.br.



REPRODUÇÃO TV BAHIA

O órgão suspeita que pesca com bomba seja a causa

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANQUE NOVO - BAHIA AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 019/2022 - Objeto: Aquisição de peças destinadas às instalações e manutenções de motores, geradores, bombas submersas e poços artesianos. Sessão Pública: 11.03.2022, às 09h. Site da sessão: www.licitacoes-e.com.br. Edital disponível em <https://portalpqn.net.br/transparencia/prefeitura-tanque-novo/licitacoes/editais>. Maiores informações de segunda a sexta das 08h às 12h. Telefone/WhatsApp: (77) 3695-1162. E-mail: cp1.tanquenovo@gmail.com. Endereço: Avenida do Contorno, Centro, Tanque Novo/BA, em 23.02.2022.

Thays Moraes Meira Oliveira - Pregoeiro

CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/ITAPETINGA - CISVITA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva em sistemas de ar condicionado do tipo Split e do tipo Chiller, com fornecimento de peças, componentes e materiais de consumo, instalados na Sede do Consórcio e na Policlínica. Data e hora da abertura da proposta: dia 10 de março de 2022 às 09:00h (horário local). Edital e informações: <http://diariooficial.cisvita.ba.gov.br/>; licitacoes-e.com.br. Jesiel Santos Viana - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA

AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022-PE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIRA, vem tornar público a abertura do processo de licitação Pregão Eletrônico nº 009/2022-PE, objeto: aquisição de pães para compor o cardápio da merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Educação deste município, conforme especificações contidas no edital e anexos. Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote/Item. Horário, Data de Recebimento das propostas: a partir do 23/02/2022, a 09:00/2022, até às 14:30 horas, Sessão: às 15:00h do dia 09/03/2022 (horários de Brasília/DF), no site <http://www.licitacoes-e.com.br>. Edital disponível: <http://www.boquira.ba.gov.br> e <http://www.licitacoes-e.com.br> ou na sede desta Prefeitura. Endereços: (77) 3645-3802 ou licitacao@boquira.ba.gov.br. Boquira-BA, 22 de fevereiro de 2022. EVANDRO REGO NOVAES FILHO - Secretário de Administração; LUAN PORTO ARAÚJO - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORA AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1009/2022.

Objeto: Registro de preços/ Menor preço por item. Abertura: 09/03/2022, às 09:00h - Objeto: Registro de preço para fornecimento de refeições, lanches, salgadinhos e doces destinados às secretarias, ações, programas e coordenações do Município de Contendas do Sincora - BA. Conforme as especificações e quantidades constantes no Anexo I deste edital. Local da disputa e Edital www.comprasgovernamentais.gov.br; informações: (77) 3416-2219, e-mail licitacaocontendas@gmail.com - Contenda do Sincora - BA, 23 de fevereiro de 2022. Jackson Rocha dos Santos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022-SRP O Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2022-SRP. (licitacoes-e: nº 924068), cujo objeto é a contratação de empresa para eventual fornecimento, mediante registro de preços, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal de aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atender às necessidades das Secretarias e demais órgãos Públicos do Município de Ipiá/BA. Sessão de abertura: 09/03/2022 às 10h30min. O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, bem como, no www.doem.org.br/ba/ipi/au e no Portal da Transparência: www.ipi/au.ba.gov.br. Maria das Graças César Mendonça - Prefeita. Jan Gonçalves Muniz Ferreira - Pregoeiro Oficial. Decreto nº 6.107/2021. Ipiá-BA, 22 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA

AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022 - A Prefeitura Municipal de Cachoeira - Bahia, torna público que, receberá na COPEL, situada na Rua Ana Nery, nº 27, (Centro Histórico), no dia 10 de março de 2022 às 09:00 horas, propostas devidamente lacradas para A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES, PERTENCENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA - BAHIA, INCLUINDO, MATERIAIS E MÃO DE OBRA. O Edital estará disponível gratuitamente no site <http://www.cachoeira.ba.gov.br/site/diariooficial>. Cachoeira - Bahia, 22 de fevereiro de 2022. Informações através da telefone - (75) 3241-2269. E-mail: licitacaocachoeira2021@gmail.com. Poliana Almeida Moura - Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022 O Município de Monte Santo, torna público, a republicação da licitação, que passará a acontecer no dia 16/03/2022 às 09h00min, estará efetuando o certame, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para recuperação da barragem do diesterro localizada no Município de Monte Santo - Bahia. Conforme planilha orçamentária e cronograma financeiro, anexo ao Edital Tomada de Preços nº 004/2022. As informações estarão à disposição no e-mail copelmontesanto@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, situada na Praça Professor Salgado, nº 200, Centro, Monte Santo, Bahia - CEP 48.800-000, das 09h00min às 12h00min. Monte Santo, Bahia, 22/02/2022. Danilo Rabello Costa - Presidente da Comissão Permanente da Licitação.

AVISO DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 005/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2022 Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames laboratoriais para suprir as necessidades de pacientes em atendimento no Hospital Monsenhor Berenger e nas Unidades de Saúde do Município de Monte Santo - Bahia, mediante pagamento de preço unitário previamente fixado pelo contratante. As pessoas jurídicas interessadas, a partir da data de 23/02/2022 poderão efetuar o credenciamento ou adquirir o edital no Pregão da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, nº 200, Centro - Monte Santo/Bahia - CEP 48.800-000, das 09h00min às 12h00min, ou pelo e-mail: copelmontesanto@gmail.com ou licitacaocontrato@montesanto.ba.gov.br. Monte Santo - BA, 22/02/2022. Danilo Rabello Costa - Presidente da Comissão Permanente da Licitação.

AVISO DE PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 006/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2022 Credenciamento de pessoa jurídica para serviço de hospedagem (diárias/pernoite) com café da manhã, para atender as demandas das Secretarias Municipais e suas unidades, mediante pagamento de preço unitário previamente fixado pelo contratante. As pessoas jurídicas interessadas, a partir da data de 24/02/2022 poderão efetuar seu credenciamento na Prefeitura Municipal de Monte Santo. Edital estará disponível na Prefeitura Municipal de Monte Santo, situada, na Praça Professor Salgado, nº 200, Centro - Monte Santo/Bahia - CEP 48.800-000, das 09h00min às 12h00min, ou pelo e-mail: copelmontesanto@gmail.com ou licitacaocontrato@montesanto.ba.gov.br. Monte Santo - BA, 23/02/2022. Danilo Rabello Costa - Presidente da Comissão Permanente da Licitação.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA AVISOS DE LICITAÇÕES

TOMADAS DE PREÇOS Nº 015/2022, Nº 016/2022, Nº 017/2022, Nº 018/2022, Nº 019/2022, Nº 020/2022, Nº 021/2022 e Nº 022/2022.
TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 25/03/2022 às 14h30min. Objeto: Construção de ponte sobre o Rio Frades na Rodovia BA.686, sub trecho: Guaratinga - Cajuta, vão: 35,80 m. Família 07.23.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 28/03/2022 às 14h30min. Objeto: Pavimentação em TSD nos Acessos a BA-156 no Município de Botuporã, extensão 2,69 km. Família 07.19.
TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 05/04/2022 às 09h30min. Objeto: Restauração em TSD com Capa Selante nas Rodovias BA-066/BA-001, trecho: Entronc. BA-001 (Araulipe) / Maragogipinho, extensão: 5,10 km. Família 07.19.
TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 01/04/2022 às 14h30min. Objeto: Pavimentação em TSD - Acessos ao Município de Livramento de Nossa Senhora, extensão de 4,56 km. Família 07.19.
TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 01/04/2022 às 09h30min. Objeto: Pavimentação em TSD - Acessos do Município de Malhada, extensão 3,875,00 m. Família 07.19.
TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 05/04/2022 às 09h30min. Objeto: Pavimentação em TSD nos Acessos a BA-160 - Município de Iuiu - BA, extensão 3.635,19 m. Família 07.19.
TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 06/04/2022 às 09h30min. Objeto: Pavimentação em TSD nos Acessos ao município de Dorm Basílio, extensão 7,8 km. Família 07.19.
Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador/BA. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, maiores esclarecimentos no telefone (71) 3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cp@infra.ba.gov.br. Salvador-BA, 22/02/2022. Alexsandro Negreiros das Silva/ Presidente da CPL.

SEINFRA

JORNAL E COPO DE CARNAVAL POR R\$ 3 NA SEXTA-FEIRA

AÇÃO PROMOCIONAL Nessa sexta-feira, o jornal CORREIO realizará mais uma ação promocional, encartando um copo ecológico personalizado na edição do jornal de venda avulsa.

Com isso, a edição impressa mais o copo com mensagens de Carnaval serão vendidos por R\$ 3,00 em todos os pontos de venda, exceto nas grandes redes de supermercados. Serão três modelos, nas cores rosa, verde e azul.

O assinante pode ligar para a central de atendimento, pedindo o copo, na sexta-feira, pelo telefone (71) 3480-9140 ou no e-mail assinante@correio24horas.com.br. A promoção é válida até durar o estoque, e a entrega para o assinante será apenas na capital.

A tiragem será de 11.100 exemplares. O jornal sem o copo sairá por R\$ 1,75.





ELIO GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

A CARTA CHINESA VIROU UM MICO

Há meio século, o presidente americano Richard Nixon desembarcou em Pequim, coroando uma espetacular reaproximação com a China. Teve de tudo: uma viagem secreta de Henry Kissinger, seu assistente para assuntos de segurança nacional, e convites a equipes de pingue-pongue.

Nixon foi recebido por Mao Tsé-Tung, o Grande Timoneiro da Revolução Chinesa. A fotografia do encontro correu o mundo. Poucos sabiam que Mao estava chumbado, com dificuldade para falar e respirar. (Na sala ao lado, guardava um respirador portátil mandado por Kissinger.)

Nessa reviravolta diplomática, os Estados Unidos jogaram súditos ao mar e acabaram com o isolamento da China. Meses antes, Deng Xiaoping saíra do ostracismo e havia começado uma lenta, segura e gradual ascensão ao poder, transformando a economia chinesa na segunda potência do mundo. Para os americanos, o jogo serial lógico: acabado o isolamento, e aberta a economia, as liberdades democráticas viriam junto. Em 1989, ao ordenar a repressão às manifestações da Praça da Paz Celestial, Deng mostrou que as coisas não seriam bem assim. De lá para cá, a China cresceu e, com ela, a repressão política. Em 1994, pouco antes de morrer, Nixon duvidou de sua política, coisa rara em políticos, raríssima nele:

— É possível que tenhamos criado um Frankenstein.

Bingo. Aos 50 anos da visita de Nixon a Pequim, vê-se que os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin juntaram-se contra os Estados Unidos na questão ucraniana. Reiteraram uma amizade "sem limites" e condenaram "uma maior expansão da Otan". A vitória de Nixon em 1972 ajudou a empregar a União Soviética. Meio século depois, o Frankenstein chinês alinhou-se com a Rússia. O coringa era um mico.

Em 1972, Richard Nixon fazia uma política externa espetacular, com reviravoltas imprevisíveis. Tinha a seu lado Henry Kissinger, um mestre da diplomacia cenográfica. Saía com artistas de cinema nas noites de sexta-feira em Nova York e, horas depois, voava incógnito a Paris, onde se encontrava secretamente com negociadores vietnamitas. (Ficava no apartamento do general Vernon Walters, velho conhecido dos brasileiros, que acompanhou as batalhas na Itália em 1945 à conspiração contra o presidente João Goulart, em 1964.)

Nixon era um sujeito dinâmico, audacioso e antipático. O presidente Joe Biden pode ser simpático, mas nada tem de dinâmico, muito menos de audaz. Seu secretário de Estado, Antony Blinken, é uma flor da burocracia anódina de Washington.

No ano que vem, Henry Kissinger completará seus 100 anos. Sua fama já não é a mesma. Afinal, em 1971 ele pediu aos chineses que lhe dessem "um intervalo decente" para sair do Vietnã e, em 1975, a tropa saiu deixando para trás os aliados. Mesmo assim, sabe do que fala. Há dias ele escreveu um artigo valioso por duas frases:

1) "A demonização de Vladimir Putin não é uma política, é um alibi para sua ausência";

2) "A Ucrânia não deve entrar na Otan".

Ele ecoa as palavras de George Kennan, o diplomata que desenhou a política americana em relação à União Soviética:

—Uma expansão da Otan será o maior erro da política americana em todo o período posterior ao fim da Guerra Fria.

Kennan escreveu isso em 1997. Morreria em 2005, aos 101 anos.

A vitória de Nixon em 1972 ajudou a empregar a União Soviética. Meio século depois, o Frankenstein chinês alinhou-se com a Rússia. O coringa era um mico

Elio Gaspari é jornalista e escreve às segundas e quartas-feiras

IMPOSTO Em meio a disputas com a ala política do governo, que defende medidas de aumento de gastos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo pretende reduzir em 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Guedes afirmou que a proposta de redução do tributo conta com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), e do presidente Jair Bolsonaro.

"Com redução do IPI, vamos reindustrializar o Brasil. A indústria brasileira está sofrendo nas últimas décadas com impostos altos, juros altos e encargos tributários", completou, no evento CEO Conference, organizado pelo banco BTG Pactual.

Segundo fontes da equipe econômica, a diminuição de 25% da alíquota do IPI reduz a arrecadação em R\$ 20 bilhões por ano. O impacto para a União é de R\$ 10 bilhões e, a outra metade, para estados e municípios. Como se trata de um tributo regu-

Guedes diz que governo pretende reduzir IPI em 25%

ISAC NOBREGA/PR



A indústria brasileira está sofrendo nas últimas décadas com impostos altos, juros altos e encargos tributários Paulo Guedes

Ministro da Economia

latório, o IPI pode ser reduzido por decreto presidencial, sem precisar do aval do Congresso Nacional.

No início do mês, o governo estudava cortar entre 15% e 30% do IPI. A redução de 30% impactaria em R\$ 24 bilhões, o que também diminuiria o repasse do imposto aos estados (metade da arrecadação do IPI vai para o caixa dos governados). A ideia em discussão é reduzir a alíquota sobre todos os produtos, para não beneficiar setores.

Paulo Guedes também confirmou que o governo lançará em breve um novo programa de acesso ao crédito, "sem grande custo fiscal". Segundo Guedes, a intenção será "renovar o que já existia, de programa de créditos bem-sucedidos".

Eletrobras: acionistas aprovam privatização da estatal

ASSEMBLEIA Os acionistas da Eletrobras aprovaram ontem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o início do processo de privatização da empresa. O sinal verde dos acionistas, porém, aconteceu um dia depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitir considerar difícil realizar a operação ainda no primeiro semestre deste ano, como previa o governo.

Em uma assembleia marcada por um grande número de abstenções e realizada virtualmente por causa da pandemia, os acionistas aprovaram a cisão das subsidiárias Eletronuclear e da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, a capitalização da empresa em bolsas de valores, com diluição da participação da União, e as condições financeiras para a desestatização aconteça.

Ficou decidido que a capitalização da Eletrobras, via oferta pública primária de ações e American Depositary Receipts (ADRs), permite uma diluição do capital votante da União a 45%. Atualmente, o governo tem 51,82% do capital ordinário e o Banco Econômico de Desenvolvimento Social (BNDES), 16,78%, segundo o site da estatal.

Ficou decidido que a capitalização da Eletrobras, via oferta pública primária de ações e American Depositary Receipts (ADRs), permite uma diluição do capital votante da União a 45%

IBAMA JÁ TEM 36 PEDIDOS DE EÓLICA OFFSHORE

ENERGIA Regulamentada no fim de janeiro, a energia eólica com geradores instalados no meio do mar (chamada de offshore) tem potencial de aumentar os investimentos no setor e ampliar a geração de energia sustentável no país. E essa tecnologia está em expansão na Europa e na Ásia e começou a dar seus primeiros passos no Brasil, com pedidos de autorização para parques eólicos no mar.

Até agora, segundo o jornal O Globo, o Ibama já recebeu 36 pedidos de licenciamento ambiental para a exploração em diversas áreas, nos estados de Piauí,

Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

A expectativa é que as primeiras áreas sejam autorizadas neste ano. No total, os pedidos somam 80 gigawatts (GW) de energia, o que dá a dimensão do potencial dessa vertente.

O governo prepara agora o primeiro leilão para o uso de áreas no mar com potencial de instalação dos aerogeradores. Empresas interessadas em estudar as regiões terão direito às áreas e, depois, podem obter a outorga dos empreendimentos de geração de energia.

MESMO COM CRISE, DÓLAR TEM NOVA QUEDA NO BRASIL

INTERNACIONAL A turbulência no cenário internacional, provocada principalmente pela crise entre Rússia e Ucrânia, até agora passou ao largo do mercado de câmbio brasileiro. Desde o início do ano, o dólar já recuou 9,36% em relação ao real. A moeda americana começou o ano cotada a R\$ 5,66, e ontem fechou em R\$ 5,05 - queda de 1,07%. É o menor valor desde 1.º julho passado.

Segundo o economista Lívio Ribeiro, pesquisador associado do FGV/Ibre, o conflito iminente entre Rússia e Ucrânia torna o ambiente mais arriscado, e a tendência em algum momento é de fortalecimento do dólar. "No entanto, outros fatores neste momento se sobrepõem a esse, como aumento das cotações das commodities e os diferencial de juros."

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0516	R\$ 5,0521
Dólar Turismo	R\$ 5,0370	R\$ 5,2070
Euro turismo	R\$ 5,6700	R\$ 5,9430

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	112.89180	+1,04%

POUPANÇA

23/02/2022	0,6156%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

	Jan	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	0,54%	10,38%
INPC/IBGE	0,67%	0,67%	10,60%
IGP-M/FGV	1,82%	1,82%	16,91%

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Nova chapa

O senador Jaques Wagner (PT) desembarcou ontem em São Paulo, vindo de uma viagem oficial dos EUA, para discutir a formação da chapa governista na Bahia com o ex-presidente Lula. Ontem à noite, logo depois do desembarque, já se noticiava que ele anunciaria entre amanhã e depois sua existência de concorrer ao governo da Bahia em nome da unidade do grupo governista. O senador já teve avisado ao governador Rui Costa (PT) de sua decisão. Ela foi tomada antes de sua viagem aos EUA, na semana passada, depois que a cúpula do governo se reuniu com o ex-presidente Lula para tratar da definição da chapa e o encontro vazou. Wagner viajou agastado, certo de que perdera as condições de disputar o governo.

Jaques Wagner



“É preciso um grande arco de aliança, sendo muito objetivo, um arco de governança. Historicamente, e eu já ouvi isso dentro do PSDB, essa polarização excessiva começou em São Paulo e levou os dois partidos, PT e PSDB, que tinham propostas comuns de social-democracia, a tornarem-se antagonicos”

Governador Rui Costa, em entrevista à Globo News

Corte

A partir da próxima segunda-feira, o Ministério da Saúde reduzirá em 62,5% o financiamento federal para a manutenção dos leitos de UTI Covid-19 em todo o Brasil, despendendo o custeio de R\$ 1.600 pela diária de um leito para apenas R\$ 600, informou a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Ainda segundo a pasta, essa diferença atinge diretamente os cofres estaduais e municipais sem que tenha ocorrido um planejamento prévio.



Norma Cavalcanti Recondução

A promotora de Justiça Norma Cavalcanti foi reconduzida ao cargo de procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) pelo governador Rui Costa. O ato de recondução foi publicado ontem, no Diário Oficial do Estado. Ela é a atual procuradora-geral de Justiça, conduzida pela primeira vez ao cargo em fevereiro de 2020, e chefiará a instituição por mais dois anos, durante o biênio 2022-2024.

Saneamento

O deputado estadual Sandro Régis (União Brasil), líder da oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), pediu ontem um posicionamento da União dos Municípios da Bahia (UPB) sobre o projeto de lei complementar 143/2021, que está na pauta de votação do parlamento estadual. A proposta altera a lei complementar 48/2019, que institui as microrregiões de saneamento básico.

Reeleito

Depois de assumir três gestões como presidente do Sindicoativistas da Bahia, em 2004, 2007 e 2018, Walter Tannus Freitas foi reeleito para o seu quarto mandato. Na eleição realizada, semana passada (17), 598 revendedores de combustíveis, 87% dos associados, votaram a favor da continuidade de sua gestão. Tannus ficará à frente da entidade de 2022 a 2026. “Nesse último mandato, de 2018 a 2022, com a pandemia, os empresários tiveram que se adaptar às normas sanitárias, à elevação dos custos do negócio e à redução drástica das vendas para superar as dificuldades impostas pela crise sanitária e econômica. A confiança e o apoio da diretoria e revenda foram fundamentais para a superação dos obstáculos”, declarou.



Giovanna Victor Laços

Com intuito de estreitar laços e aproximar os órgãos, a secretária da Fazenda da Salvador, Giovanna Victor, fez uma visita à nova presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia, Daniela Borges, na sede do órgão. Também estiveram presentes no encontro a procuradora geral do Município, Luciana Borges, e a vice-presidente da OAB-BA, Christianne Gurgel. Ao longo da conversa, Giovanna parabenizou o feito histórico de Daniela Borges, primeira mulher eleita presidente da OAB no estado, e destacou a necessidade de uma relação harmoniosa entre as entidades.

Milton Santos

O prefeito Bruno Reis (União Brasil) sancionou a lei que muda o nome da Avenida Adhemar de Barros, no bairro de Ondina, para Avenida Milton Santos, em homenagem ao geógrafo baiano, morto em 2001 aos 75 anos. O anúncio foi feito pelo gestor do município, na tarde de ontem, e o ato, publicado no Diário Oficial. “Em uma justa homenagem da nossa cidade, a Av. Adhemar de Barros agora passará a se chamar Av. Milton Santos, que era baiano e um dos maiores geógrafos da nossa terra”.



Bruno Reis

Carnaval

A vereadora Marta Rodrigues (PT) criticou, ontem, a aprovação sem diálogo suficiente do Programa SOS Cultura II (PL 35/2022), que, segundo ela, chegou à Câmara Municipal de Salvador pela prefeitura de forma açodada, sem tempo hábil para o debate com todos os segmentos de trabalhadores envolvidos no Carnaval e com prazo de cadastro desatualizado.

Rebelião

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Geraldo Júnior (MDB), recebeu ontem, no Salão Nobre do Paço, a diretoria do Sindicato dos Policiais Federais do Estado da Bahia (Sindipol-BA) para uma conversa sobre os últimos acontecimentos envolvendo a segurança pública do estado. A pauta do encontro foi a rebelião do último domingo (20), na penitenciária Lemos Brito, em Salvador, que deixou ao menos 38 feridos, conforme o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA).

Agenda

Apontar perspectivas para a Região Nordeste e para o Brasil com base nas boas práticas e nos estudos feitos pelos Estados nordestinos nos últimos anos, período em que o país vem enfrentando uma crise socioeconômica, política e institucional. Este é o objetivo do seminário “Nordeste: País Brasileiro”, realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas do Nordeste (NAPP-NE), em parceria com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste). O evento acontece, a partir das 14h30, de modo híbrido (remoto e presencial) na sede da União dos Municípios da Bahia (UPB), em Salvador, com transmissão pelo canal no YouTube da FPA.

Cidadão baiano

O projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Baiano ao ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, está em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). A honraria é de autoria do deputado estadual, Samuel Júnior (PDT) após o gestor viabilizar a obra do “Canal do Sertão Baiano”, que beneficiará com acesso a água mais de 1,2 milhão de baianos em 44 municípios. A assinatura da ordem de serviço aconteceu ontem na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. De acordo com o parlamentar, será a maior obra de infraestrutura de estado desde os próximos 100 anos e um grande feito do governo do presidente, Jair Bolsonaro (PL).

Correção

A Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) corrigiu ontem o número de detentos mortos durante uma rebelião na Penitenciária Lemos Brito, que fica no Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador. Na segunda-feira, o então secretário Nestor Duarte havia informado que o número de mortos havia subido para seis. No entanto, o número de mortes segue em cinco. Nestor foi exonerado na manhã desta ontem, após pedido feito no dia 8 de fevereiro, antes da rebelião.

Não combinou

O ministro João Roma (PRB) afirmou que o governador Rui Costa (PT) tem “todo direito de sair do governo e ser candidato ao Senado”, porém o republicano condenou a suposta decisão do petista sem “combinar com os colegas”. O pior é que petistas rebateram dizendo que pior foi Roma que combinou com ACM Neto que não seria ministro e acabou aceitando no dia seguinte.

Criptomoedas

Foi aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o projeto de lei que regulamenta e disciplina o mercado de criptomoedas no Brasil. Ao contrário das moedas comuns, que são emitidas por governos federais, essa forma de transação comercial é lançada por agentes privados e negociada por meio digital — o dono só pode resgatar o dinheiro com um código fornecido por quem vendeu.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

Diálogo

O governo brasileiro defendeu ontem (22/02) que seja adotada uma “solução negociada” para a crise entre Rússia e Ucrânia, e pediu a retirada dos militares da região, mas evitou fazer críticas a Moscou em meio às tensões. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirma que o Brasil “apela a todas as partes envolvidas para que evitem uma escalada de violência e que estabeleçam, no mais breve prazo, canais de diálogo capazes de encaminhar de forma pacífica a situação no terreno”.

Reforço

O Brasil registrou a aplicação de 1,12 milhão de novas doses de vacinas contra Covid-19 ontem. Com isso, o número de pessoas que receberam ao menos a primeira dose de imunizantes anticovid chegou a 171.520.951, o que corresponde a 79,84% da população.

Auxílio

O vereador Henrique Carballal (PDT) cobrou que o governador Rui Costa (PT) “faça sua parte e também crie um auxílio para beneficiar os trabalhadores prejudicados pela não realização do Carnaval, a exemplo do que fez a prefeitura”. “Quem decretou que não teria Carnaval foi o governador, prejudicando, sem critério, milhares de trabalhadores e a indústria cultural na Bahia. Aprovamos ontem o SOS Cultura II na Câmara, que pode ser reforçado se o governo do estado colaborar. A oposição na Câmara Municipal deveria cobrar”, disse o pedetista.

Ambiente de negócios

A vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos, participou da reunião do Conselho Deliberativo do Sebrae-BA com a alta cúpula do setor empresarial baiano. Na oportunidade, Ana Paula falou sobre empreendedorismo de Salvador, economia criativa e o ambiente de negócios. “Estamos a cada dia buscando ações que ampliem a matriz econômica local, com geração de emprego, renda, governança social e apoio ao microempreendedor”, disse.



Ana Paula Matos

Protesto

Funcionários da Unidade de Saúde da Família (USF) Aristides Maltz, que fica no bairro de São Cristóvão, em Salvador, suspenderam as atividades na manhã de ontem, em protesto por falta de segurança no local. Os manifestantes afirmaram que têm sofrido agressões constantes na unidade. Segundo o Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps), na última quarta-feira, trabalhadores foram atingidos por pedradas depois que uma usuária foi orientada a utilizar a máscara facial nas dependências da USF.

Inovar

Uma nova ferramenta para elaboração de projetos que ajudem na formatação de cidades inteligentes é uma das apostas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (Secti), que inaugurou o Espaço Inovar ontem. Também chamado de Laboratório Vivo para Cidades Inteligentes, a unidade foi instalada no Parque Tecnológico, em Salvador, pretendendo agregar cientistas, pesquisadores e empreendedores interessados em desenvolver e testar seus projetos tecnológicos voltados para oferta de serviços necessários ao funcionamento de uma cidade, em diferentes níveis de complexidade.

PAULO ROBERTO SAMPAIO

A decisão da chapa governista está nas mãos de Wagner. E só

O que está por trás da enigmática chapa governista à sucessão estadual e por que demora tanto para ganhar forma? A pergunta, que parece uma daquelas de um milhão de dólares, não é tão difícil de responder assim. Ao contrário do que se prega, que pressões de todo lado - aí se entenda de Leão e seu PP e do PSD nacional de Otto, isso para falar apenas dos pesos-pesados dessa luta - estariam impedindo a definição da chapa, o processo passa ou definitivamente está nas mãos do senador Jaques Wagner. Foi a ele que Rui, como governador do Estado e maior liderança política da Bahia por conta do cargo e do bom trabalho que desenvolveu nesses 7 anos e meio quase, delegou a opção de escolher se deseja ser candidato

ou não ao governo. Uma questão que jamais passou por desatenção aos demais possíveis postulantes, em especial a dupla Otto e Leão, mas até por gratidão, por ter recebido de Wagner o cavalo selado no qual montou para esse passeio pelos quatro cantos da Bahia, se considerando hoje uma das maiores lideranças do Estado. Caberá, portanto, a Wagner decidir se quer ser ou não candidato ao governo, levando em conta não uma questão de vaidade própria ou sonho, já que conhece bem cada cômodo do Palácio de Ondina, onde habitou por 3 longos anos, mas de avaliar o melhor para o grupo, na esfera local e nacional. É e nesse script que se encerra todo o enredo dessa história. Candidato ao governo, Wagner vai desenhando a chapa,



com a vaga ao Senado cabendo, forçosamente, a Otto, que tem além de todos os predicados para almejar a reeleição, a prioridade por já ocupar o cargo. Neste caso Rui seguirá governador até o último dia do seu mandato e caberá a Leão indicar o vice, vaga cada vez mais próxima de Roberto Muniz ou Nelson Leão. Se Wagner faz e refaz contos, ouve Lula, e elege a questão nacional como prioridade para a definição de seu rumo, optando por seguir senador, onde tem confortáveis mais 4 anos de mandato assegurados, então Rui brota como candidato natural ao Senado na vaga de Otto e este, ao governo, ganhando Leão a confortável cadeira de governador até o fim do mandato e uma caneta cheia de tinta. Esse é o quadro, portanto. Complexo? Nem tanto. Envolve três palavrinhos-chave. Gratidão, de Rui a Wagner, estratégia, de Wagner em relação aos cenários local e nacional; e unidade, algo que até aqui marcou os vitoriosos passos do grupo que há 15 anos dirige os destinos do Estado.

*Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna.

Rui fala em pacto nacional e defende aliança com Alckmin

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), defendeu um pacto nacional com as principais lideranças políticas e da sociedade para reconstruir o Brasil. Segundo palavras dele, "a situação está muito pior do que quando Lula assumiu em 2003".

"Nós tínhamos naquela época um país mais estável, com ferramentas e possibilidades macroeconômicas muito maiores do que temos hoje. Com imagem e credibilidade no exterior. O cenário interno e internacional era mais favorável. Temos que ter a dimensão do desafio e a noção de que precisamos de muitas pessoas para

colocar o Brasil de volta nos trilhos" declarou, em entrevista a Miriam Leitão, na GloboNews.

O gestor baiano fez um mea culpa concordando que o PT errou ao chamar o Governo FHC de herança maldita. Hoje o partido está mais próximo do campo adversário do que nunca. Uma vez que Lula já se reuniu com o ex-presidente tucano e quer o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como vice na chapa presidencial.

"É preciso um grande arco de aliança, sendo muito objetivo, um arco de governança. Historicamente, e eu já ouvi isso dentro do PSDB, essa polarização excessiva começou em São Paulo e levou os dois partidos, PT e PSDB, que tinham propostas comuns de social-democracia, a tornarem-se

antagônicos", avaliou.

"Eu apoio e acho positivo o aceno ao governador Geraldo Alckmin, e alguns dizem que ele não agregaria voto. Não é uma questão de contabilidade de voto, é sinalizar para a sociedade como nós pretendemos governar. Queremos governar abraçando o Brasil, mobilizando segmentos para fazer um grande pacto nacional que permita o crescimento, a geração de emprego e renda", emendou.

Ele também teve críticas ao governo Jair Bolsonaro: "O atual governo é um vazio de conteúdo em todas as áreas. A lógica de Bolsonaro é, para manter seu grupo mobilizado, agredir, agredir, agredir. Minha surpresa não é com ele, é que 25% da população o acompanhe".

É decepcionante, porque ele é uma pessoa completamente



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa (PT), defendeu um pacto nacional com as principais lideranças políticas e da sociedade

desqualificada, vazia, sem a menor capacidade de administrar o país."

Ainda na entrevista, Rui confirmou que anuncia no dia 13 a decisão de sair ou não como candidato ao Senado. Ele também se esquivou ao ser questionado se seria ministro em um eventual gover-

no Lula, afirmando que esse tipo de cargo é da escolha de quem é eleito.

Bahia - O deputado federal Marcelo Nilo (PSB) disse que seria um "sonho" disputar o Senado contra o governador Rui Costa (PT). "Pessoalmente, eu preferia disputar com o governador Rui

Costa. Por quê? Porque Rui Costa conhece a Bahia. Foi governador por oito anos, e modéstia à parte, eu também conheço", declarou o socialista, em entrevista à rádio Metrôpole. Nilo pode ser postulante a senador pela chapa do ex-prefeito ACM Neto (União Brasil).

ELEIÇÕES

Dayane Pimentel pode migrar para o Podemos na Bahia



DAYANE PIMENTEL, por meio de sua assessoria de imprensa, negou que se filiará ao Podemos

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Uma verdadeira dança das cadeiras entre os partidos deve acontecer nas próximas semanas com a aproximação do limite da janela partidária de 2022. As costuras estão a pleno vapor nos bastidores e grandes caciques devem migrar de abrigos no pleito deste ano. É o caso, por exemplo, dos deputados federais Dayane Pimentel (UB) e Bacelar (Podemos).

A primeira, que perdeu o comando do PSL na Bahia após a fusão com o DEM, está cotada para migrar para o Podemos. Segundo fontes da Tribuna, a mudança para

a sigla acontece principalmente pelo fato de ela ter sido escolhida para coordenar a campanha presidencial do pré-candidato Sérgio Moro, do mesmo partido, na Bahia. Procurada pela reportagem, a assessoria da parlamentar negou a informação.

Bacelar, por sua vez, não deve ficar mesmo no Podemos por ser da base do governador Rui Costa (PT) e aliado do senador e pré-candidato ao governo da Bahia, Jacques Wagner (PT).

A tendência é que ele migre para uma legenda que apoie a chapa majoritária pelista. Atualmente, ele é o presidente estadual do partido. O parlamentar não foi encontrado para comentar o caso.

No início de fevereiro, Bacelar se reuniu com a cúpula do PSOL na Bahia. Na ocasião, a presidente estadual da agremiação de esquerda, Elzi Fachinetti, teve grandes elogios ao deputado e afirmou que tem afinidades com os posicionamentos dele.

Em Salvador, os dois únicos vereadores que se elegeram pelo Podemos, Sidinho e Emerson Penalva, também procuram novos destinos. O primeiro está na base aliada de João Roma (que também trabalha pela candidatura ao Governo da Bahia) e negocia, entre outras legendas, com o Republicanos. Penalva, por sua vez, é aliado de primeira hora de Bruno Reis (DEM) e está flertando com o União Brasil.

Moro - Pré-candidato pelo Podemos à Presidência da República, o ex-juiz Sérgio Moro afirmou que a terceira via precisa se unir em torno de um nome, mas negou a possibilidade de desistir de concorrer. As declarações foram feitas em evento do BTG Pactual. "Não faz sentido eu abdicar da minha pré-candidatura se ela demonstra o maior potencial para vencer esses extremos", disse, citando que seu nome está em terceiro lugar nas pesquisas entre os presidenciais.

A busca de alianças, no entanto, é fundamental e, na avaliação de Moro, urgente. "A gente tem que tratar isso com bastante humildade, mas buscando a união de todos os pré-candidatos."

Pedido de vista adia votação de projeto sobre Embasa

Em sessão ontem, Assembleia Legislativa aprovou calamidade de 40 municípios

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Um pedido de vista (mais tempo para estudar a matéria) da bancada de oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) adiou a votação do projeto que cria microrregiões para fornecimento de água e esgoto pela Embasa. Segundo o presidente interno da AL-BA, Paulo Rangel (PT), a matéria agora só deve ser votada no dia 3 de março.

"A oposição pediu vistas, porque um projeto como esse não pode ser votado na calada da noite, sem nenhuma discussão e sem ne-

nhum tipo de audiência pública", declarou o líder da minoria, Sandro Régis (União Brasil).

Outro projeto, que trata da abertura de capital da Embasa, ainda não tem nada para ser votado.

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sindae), Aloisio Aurélio Rocha Filho, criticou essa proposta.

"Somos contra a abertura do capital porque a Embasa perde muitos tributos. A Embasa é isenta de tributos. Se abrisse o capital hoje, a Embasa iria perder quase R\$ 2 bilhões em tributos", explicou.

APROVAÇÃO

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou, em sessão extraordinária realizada na tarde ontem, a renovação do reconhecimento do estado de calamidade pública para 40 municípios baianos, em razão da pandemia de covid-19. Os projetos de decreto legislativo (PDLs) foram apresentados por parlamentares e têm validade até 30 de junho deste ano, com efeito retroativo a janeiro.

O deputado Jacó Lula da Silva (PT) foi o relator pelo presidente da ALBA em exercício, Paulo Rangel (PT), e opinou pela aprovação, ressaltando a importância da renovação

dos decretos para os municípios baianos.

O parecer foi acolhido e aprovado pelos legisladores de forma unânime.

Conforme justificativa da Mesa Diretora, apesar dos esforços feitos pelo governo estadual e pelos gestores municipais no combate ao coronavírus, a pandemia ganhou força com a chegada da variante ômicron no país. "Assim, a renovação do reconhecimento do estado de calamidade pública dos municípios faz-se necessária notadamente para a dispensa do atingimento das metas fiscais e limitações de empenho estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal".



PEDIDO de vista (mais tempo para estudar a matéria) da bancada de oposição na Assembleia Legislativa da Bahia

Prefeito mostra preocupação com impacto da Covid na Educação

EQUIPE DE POLÍTICA

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), mostrou preocupação ontem com o baixo desempenho dos alunos da rede municipal. Em entrevista à Tribuna, que foi publicada na última segunda-feira, o secretário municipal de Educação, Marcelo Oliveira, relatou que a gestão municipal aplicou testes em estudantes e o resultado foi "horrível". A medida foi tomada para medir o impacto da pandemia da Covid-19 no

ensino.

O resultado foi horrível. 97% dos alunos do oitavo e nono ano não têm conhecimento mínimo para passar. Em matemática, foi 97%. Em português, foi 86%", declarou Marcelo Oliveira.

Ontem, Bruno Reis reforçou a preocupação. "As crianças da nossa rede são crianças pequenas... de 2 a 15 anos. A qualidade do trabalho remoto, do ensino virtual, é muito melhor. Todos que trabalham na educação sabem do que estou falando. Mas vi, vemos com um grande desa-

fio que é recuperar esse tempo perdido. Agora é aplicar conteúdo, investir em tecnologia, para não precisar do reforço escolar, fazendo com que as crianças absorvam principalmente o conteúdo de português e matemática. Fizemos uma prova interna para avaliar os nossos alunos e, infelizmente, os números não são bons. Aliás, são muito ruins, preciso dizer isso com clareza. Então, temos esse desafio que nos foi colocado pela pandemia, que criou problemas para todos", declarou.

Lula sobre reforma trabalhista: "Só ficou o buraco, onde o povo está caindo agora"

CORREIO BRAZILIENSE

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar a reforma trabalhista aprovada em 2017 no governo de Michel Temer. O petista ironizou o programa de governo "Ponte para o futuro" e disse que a medida foi uma "destruição" dos direitos trabalhistas: "Cavaram um abismo e esqueceram de fazer a ponte. Só ficou o buraco, onde o povo está caindo agora".

"Reforma na casa é para melhorar a casa. Reforma no

carro é para melhorar o carro. Mas o que fizeram com a reforma trabalhista foi uma destruição. É como se eles tivessem dinamitado os direitos dos trabalhadores, tudo o que construímos desde 1942, quando foi criada a CLT", disse à Rádio Passos FM, de Minas Gerais, ontem. Lula também detalhou como planeja lidar com a reforma trabalhista em um eventual governo.

"Nós queremos juntar outra vez os empresários, os sindicatos, o governo, se for o caso juntar universidade. Vamos discutir qual é a

legislação trabalhista que nós precisamos para ser adequada ao momento político, econômico e cultural que nós estamos vivendo", afirmou.

Ainda em janeiro, Lula se encontrou com representantes do governo espanhol para discutir a reforma trabalhista que acontece no país europeu.

Na ocasião, o petista usou as redes sociais para dizer que os brasileiros deveriam "acompanhar de perto" a revogação da reforma aprovada em 2012 na Espanha.



POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA

SINAL VERDE

Deputados estão informados e pressionam o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que sejam desengavetados os mais de 100 projetos de Decreto Legislativo (DLs) que propõem a revogação de medidas desproporcionais de Jair Bolsonaro (PL). A pressão sobre Lira, astuto em blindar o Planalto, se intensificou após o recente decreto presidencial (10.966 de 2022) que praticamente oficializa o desmate por garimpeiros dentro da floresta amazônica.

Escalada

Já são pelo menos dez projetos protocolados nos últimos dias por deputados que pedem a anulação do decreto de Bolsonaro. Lira tem se esquivado de pedidos de reunião para discutir o assunto.

Predatória

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) resume:

"Este decreto incentiva uma atividade clandestina, predatória e ilegal".

Cotado

A fama de conciliador, paciente e focado fez do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), relator do Orçamento da União de 2022, o maior cotado para assumir a vaga futura no TCU pela Câmara dos Deputados, com a aposentadoria de Ana Arraes. Há outros três candidatos, entre eles duas mulheres.

João Doria pode abrir mão de candidatura para viabilizar 3ª via

AGÊNCIA O GLOBO

O governador de São Paulo e pré-candidato à Presidência João Doria (PSDB) afirmou ontem que poderá "mais adiante" abrir mão de sua candidatura em nome da viabilidade de uma terceira via. O tucano afirmou que acredita que sua pré-candidatura, junto com a do ex-juiz Sergio Moro e a da senadora Simone Tebet (MDB) formam um "centro democrático" e que as três devem convergir para um único nome no futuro.

Doria participou de um evento promovido pelo banco BTG Pactual com investidores. A declaração foi dada após um questionamento sobre seu desempenho fraco nas pesquisas de intenção de voto, hoje na casa dos 2%.

"Não vou colocar o meu projeto pessoal à frente daquilo que sempre foi a indole, que



O GOVERNADOR de São Paulo, João Doria, disse que pode abrir mão de candidatura 'mais adiante' para viabilizar terceira via

me fez ter orgulho de ser brasileiro. O meu país, do povo do meu país, é mais importante do que eu mesmo. Se chegar lá adiante e, lá adiante, eu tiver de oferecer o meu apoio para que o Brasil não tenha mais essa triste dicotomia do pesa-

dado de ter Lula e Bolsonaro, eu estarei ao lado daquele ou de quantos forem os que serão capacitados para oferecer uma condição melhor para o Brasil", disse o tucano.

O governador de São Paulo defendeu, no entanto, que as

pré-candidaturas da chamada terceira via se mantinham por enquanto, "até o esgotamento do diálogo pelos líderes partidários". Doria tem apostado numa eventual aliança com MDB e União Brasil para fortalecer sua pré-candidatura.

"Todos os que estão participando têm de manter suas candidaturas. Hoje conversei com a Simone Tebet, por quem tenho muita admiração (...). Ela tem de manter a candidatura, o Sergio (Moro) tem de manter a candidatura dele, a nossa também (...) até o esgotamento do diálogo pelos líderes partidários (...). Lá adiante, diante das circunstâncias, verificarmos quem pode, quem precisa abrir mão", disse Doria.

O governador disse acreditar que os dirigentes partidários das siglas das três pré-candidaturas "vão encontrar um tema e um ponto em comum para que haja um único" presidencial.

PONTO DE VISTA

ADARY OLIVEIRA

As obras inacabadas da Bahia

Em agosto de 2018 publiquei um artigo comentando sobre sete obras inacabadas do Estado da Bahia: Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL); Porto Sul; Ampliação do Porto de Aratu; Terminal de Contêineres do Porto de Salvador; Recuperação da Hidrovia do São Francisco; Extensão das linhas de transmissão de eletricidade; e Ponte Salvador Itaparica. Passados quase quatro anos pouco desses projetos avançaram ou foram acabados.

A FIOL está longe de ser concluída, embora a concessão do trecho que vai do litoral à Brumado tenha sido entregue à Bahia Mineração (Bamin). A empresa precisa da ferrovia para escoamento da sua produção de minério de ferro e sem o porto para embarque de nada adiantará a ferrovia. Então, a construção da FIOL e do Porto Sul encontrou solução parcial para andamento, viabilizando a realização de outros projetos menores no trajeto. A ampliação do Porto de Aratu-Candeias não consegue progredir fisicamente, sendo difícil superar todos os entraves burocrá-

ticos. Uma solução de mais curto prazo seria negociar com a Acelenor, nova operadora do Temadre, a liberação desse terminal marítimo para movimentação de cargas de terceiros. Existe no terminal espaço para aumento da movimentação de granel líquidos e isso reduziria os dispêndios das empresas que utilizam o Porto de Aratu.

A ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador foi adiantada, restando pouco para implantação do aterro dos patos das áreas primárias. O aumento do volume operacional desse porto logo se fez sentir, beneficiando toda a região. Ele tem tudo para se tornar o gateway do Nordeste e do Brasil, por estar localizado nas águas abrigadas da Baía de Todos os Santos e situar-se no meio da costa brasileira. Dos sete projetos

apontados no artigo de 2018, os quatro primeiros aqui comentados estão sob o comando da iniciativa privada e devem continuar indo em frente. Os outros três dependem mais de ações do governo. Embora não tenham alcançado a velocidade desejada, as linhas de transmissão estão sendo ampliadas. Quanto aos projetos da Recuperação da Hidrovia do Rio São Francisco e da construção da Ponte Salvador Itaparica, não se tem notícia do início do cravamento das estacas.

Aproveito para comentar um outro projeto de grande importância para o desenvolvimento do estado que se iniciou na Bahia e, com o tempo, deslocou-se para outras regiões. Refiro-me à instalação de Terminais de Regaseificação (TR) no litoral para aproveitamento da crescente oferta mundial de

Gás Natural Liquefeito (GNL). Os três primeiros navios regaseificadores que foram trazidos para o Brasil se fixaram na costa do Ceará, Bahia e Rio de Janeiro. Além desses três estão em funcionamento mais um no Rio, um em Sergipe e outro em Pernambuco. Considerando esses que estão funcionando e outros que estão sendo projetados e em fase de implantação teremos em breve 19 TRs. Nenhum dos novos na Bahia.

O gás natural, como se sabe, é usado como combustível na geração de calor e eletricidade, na produção do gás de síntese para ser empregado como redutor siderúrgico e na fabricação de inúmeros produtos químicos, sendo considerado um excelente indutor para a industrialização. O excesso de oferta existente hoje projeta uma diminuição do seu preço e a

instalação de TRs é recomendada pelos escritos que sugerem medidas de promoção do desenvolvimento. A Bahia poderia aproveitar a vantagem de sua localização estratégica e pelo fato de estar ligada à rede nacional de gasodutos, indo do Ceará ao Rio Grande do Sul, estendendo-se de São Paulo à Bolívia, e estudar alternativas locais capazes de atrair os fornecedores de GNL. Lugares como o cais da antiga Cimento Aratu, Ponta da Sapoca, Ponta do Ferrolho, Porto de Campinhos, Porto Sul (projeto) e Porto de Ilhéus, todos dotados de cais e alguns com dutos integrados à rede de gasodutos nacionais, deveriam ser estudados para essa finalidade.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor - adary347@gmail.com

Operação VERÃ

Mais de R\$59,5 milhões investidos para garantir o fornecimento de energia elétrica no litoral baiano.

Para atender ao aumento do consumo de energia elétrica no verão, a **Neoenergia Coelba** realizou durante 2 meses uma operação de manutenção preventiva para atender a demanda de **811 mil moradores**, além dos milhões de turistas que visitam o litoral!

27 MUNICÍPIOS E 150 PRAIAS contempladas

Manutenção estrutural em mais de 10 MIL QUILOMETROS da rede elétrica

Inspeções em 64 SUBESTAÇÕES, 32 LINHAS DE TRANSMISSÃO e 181 ALIMENTADORES

Mais de 900 PROFISSIONAIS envolvidos na operação

O futuro a gente faz agora.

NEOENERGIA

COELBA

f @ t

www.neoenergiacoelba.com.br

SAF CHEGA NO BAHIA

Conselho cria comissão para avaliação

Oficialmente o Bahia garante que ainda não existe qualquer proposta formal sobre a mudança de modelo administrativo do clube, mas com o crescimento, a chegada muito forte do clube-empresa no futebol brasileiro, o Tricolor baiano quer estar preparado para discutir o tema num futuro próximo. Para isso, o Conselho Deliberativo criou uma "Comissão Provisória" para estudar, avaliar e apresentar os modelos de SAF - Sociedade Anônima do Futebol que estão sendo inseridos em grandes clubes do Brasil, como Cruzeiro, Botafogo, Ponte Preta, Vasco da Gama, entre outros.

Leonardo Martinez, presidente do Conselho Deliberativo do Bahia, explicou a reportagem da sucursal do site Globoesporte.com, na

Bahia, como vai ser realizado esse processo de avaliação do SAF no clube Tricolor baiano, mas ressaltando que "A Comissão Provisória não foi criada para avaliar uma proposta. Até porque, quando ela for proposta e até hoje, não existe nenhuma proposta formal".

"Vamos realizar debates públicos e audiências. Nosso objetivo é antecipar a discussão. Se um dia chegar proposta, teremos aptidão técnica para diferenciar o que é bom do que não é bom", completa Leonardo Martinez.

Copa do Nordeste – O técnico Guto Ferreira encerra nesta quarta-feira a preparação do time do Bahia para a partida contra o Sampaio Corrêa, amanhã, às 21h30, um jogo adiado da primeira rodada da Copa do



LEONARDO MARTINEZ, presidente do Conselho Deliberativo, criou Comissão Provisória para avaliar a chegada do SAF, a transformação do Bahia num clube-empresa

Nordeste, ainda com a limitação de público de 1.500 sócios-torcedores do Tricolor na Arena Fonte Nova. A comissão técnica abriu o trabalho com a exibição de um vídeo com informações do adversário maranhense, e posteriormente, no campo principal do CT Evaristo de Macedo, na Cidade Tricolor, o grupo trabalhou com o técnico Guto Ferreira nas trocas de passes e finalizações.

O Bahia faz um jogo de risco contra o Sampaio Corrêa. Em 4º lugar no Grupo B, com sete pontos, o Tricolor não pode sequer empatar essa partida, porque divide essa posição com mais três adversários, Altos/PI, Floresta/CE e Souza/PB, e seu próximo jogo, pela 7ª rodada, será um jogo difícil no clássico contra o Sport de Recife.



RUBRO-NEGRO BAIANO estreia dia 3 de março jogando contra o Castanhal, do Pará, no Estádio da Curuzu, às 20h30, em Belém

COPA DO BRASIL

CBF muda local do jogo do Vitória

Pela segunda vez o Departamento de Competições da CBF alterou o horário e o local da partida de estreia do Vitória, dia três de março, na primeira fase da Copa do Brasil. O jogo contra o Castanhal, de Belém do Pará, saiu do Estádio Baenão, para o Estádio da Curuzu, ambos na capital paraense, e foi adiado das 19 para às 20h30. Castanhal x Vitória será o jogo único e eliminatório, e o Rubro-negro baiano, melhor colocado no ranking nacional da Confederação Brasileira de

Futebol, entra em campo com a vantagem do empate para se classificar para a 2ª fase.

Antes desse jogo, o Vitória tem outra partida também muito importante, nesse sábado, dia 26, um confronto direto contra o Atlético de Alagoinhas, para se manter no G-4 da fase de classificação do Campeonato Baiano. O jogo será às 16 horas no Estádio Manoel Barradas, com limite de 1.500 sócios-torcedores nas arquibancadas do Barradão, com transmissão ao vivo da TV

Educativa. De olho nesse jogo, o técnico Dado Cavalcanti realizou ontem um trabalho intenso com os jogadores no CT da Toca do Leão, exigindo posse de bola em campo reduzido, finalizado com um trabalho tático com foco na organização ofensiva e defensiva.

O técnico já acenou a possibilidade de mudanças no time do Vitória, com base na avaliação que fez no jogo-treino contra o Falcon, de Sergipe. Roberto, de 36 anos, deve ganhar a condição de ti-

tular no comando de ataque, no lugar de Queiroz, e o garoto Alan Pedro, de 19 anos, deve ganhar uma oportunidade no meio-campo nesse jogo contra o Atlético de Alagoinhas. Alan estava emprestado ao ABC de Natal, que ajudou a subir o clube potiguar para a Série C, com 28 jogos e três gols marcados na Série D da CBF. O árbitro Reinaldo Silva Santana apita essa partida de sábado (26), às 16h, no Barradão, válida pela 6ª rodada do Campeonato Baiano.

SELEÇÃO NA BAHIA

Jogo Brasil x Chile pode não ser disputado na Fonte Nova

Faltando ainda um mês para a realização do jogo, dia 24 de março, na Arena Fonte Nova, ainda não é oficial, mas apenas uma avaliação por parte do Departamento de Competições da Confederação Brasileira de Futebol. As medidas de restrição de eventos em Salvador fizeram a CBF avaliar a possibilidade de retirar a partida da seleção brasileira contra o Chile, pela 16ª rodada das Eliminatórias do Grupo Sul-Americano, última do Brasil em solo nacional antes da Copa do Mundo FIFA 2022, no Catar.

O Governo do Estado mantém seu posicionamento com relação a aglomerações, mantendo o protocolo de segurança sanitária, limi-

tando em 1.500 o acesso de torcedores nos estádios da Bahia. Mas a posição do Governador Rui Costa é de expectativa e de aumentar esse limite, se houver uma evolução no combate à pandemia e uma redução sensível, substancial, no quadro de infectados e mortes.

O "Plano B" da CBF para a transferência do jogo programado para a Fonte Nova é o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, palco tradicional da Seleção, mas que não recebeu uma partida das Eliminatórias. O gramado passa por reformas desde o fim do ano passado, e a previsão é de que esteja finalizada nas primeiras semanas de março.

TORNEIO DA FRANÇA

Seleção feminina do Brasil sai sem vencer uma partida

A Seleção Brasileira Feminina se despediu do Torneio Internacional da França, na tarde de terça-feira (22), com um empate sem gols diante da Finlândia, no Estádio Michel D'Ornano, em Caen, na França. Na sua primeira competição desta temporada, a equipe comandada pela técnica sueca Pia Sundhage, com todas as suas principais jogadoras, fechou sua participação na competição internacional, sem vencer nenhuma partida.

A competição internacional realizada em solo francês serviu como teste para os próximos compromissos da Seleção Brasileira. No mês de julho, o Brasil vai dis-

putar a Copa América, torneio classificatório para a Copa do Mundo FIFA 2023 e para os Jogos Olímpicos de Paris 2024. Brasil jogou contra a Finlândia com: Lorena, Letícia Santos, Tainara, Rafaelle (Daiane), Tamires; Duda (Ana Vitória), Angelina, Kerolin (Luana), Ary (Geysse); Debinha (Ludmila) e Marta.

A técnica da Seleção Brasileira explicou que, para obter melhor êxito, a equipe precisa aumentar o nível de condicionamento físico. Precisamos aumentar mais a velocidade para ganhar de adversárias como a Finlândia bem organizada. Elas defendem muito bem e são fortes, então precisamos ser mais inteligentes", analisou.

LIGA DE FUTEBOL

Atlético Mineiro vai liderar movimento do Grupo Forte

O Grupo Forte Futebol, criado há seis dias por 10 clubes emergentes da Série A do Campeonato Brasileiro (América-MG, Atlético-GO, Atlético-PR, Avaí, Ceará, Coritiba, Cuiabá, Fortaleza, Goiás e Juventude), ganhou um importante aliado. Atual campeão brasileiro, da Copa do Brasil e agora da Supercopa, o Atlético Mineiro aceitou um convite para exercer um papel de liderança nas tratativas para a criação de uma Liga Nacional de Futebol no Brasil.

"Fomos convidados para exercer uma liderança na criação da Liga, temos os mesmos interesses, mas não seremos integrantes. Os convites chegaram, mas a gente, em primeiro lugar, quer enten-

der como funcionará a governança e qual será o papel dos clubes neste processo. Não queremos casuísmos e nem que haja confrontos com outros clubes", explicou Ricardo Guimarães, empresário expresidente do clube e integrante do grupo dos 4 R's no Atlético.

Em entrevista à Rádio Itatiaia, Guimarães contou ainda que a empresa Ernst & Young (que já presta serviço de auditoria para vários clubes, como Flamengo e o próprio Atlético) também será parte do processo e fará o desenho da Liga. A EY é enxergada pelos cartolas como uma empresa isenta, de reputação internacional e desvinculada de interesses específicos.

Geral

PAULO GUEDES

Governo quer reduzir IPI e liberar saques do FGTS

LORENNIA RODRIGUES E GUILHERME PIENITA, O ESTADO DE S. PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, 22, que o governo pretende reduzir em 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em meio a disputas com a ala política do governo, que defende medidas de aumento de gastos, Guedes afirmou que a proposta de redução do tributo conta com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do ministro chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI) e do presidente Jair Bolsonaro.

"Com redução do IPI, vamos reindustrializar o Brasil. A indústria brasileira está sofrendo nas últimas décadas com impostos altos, juros altos e encargos tributários", completou, durante participação no evento CEO Conference, organizada pelo banco BTG Pactual.

De acordo com fontes da



equipe econômica, a redução de 25% da alíquota IPI reduz a arrecadação em R\$ 20 bilhões por ano, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O

impacto para a União é de R\$ 10 bilhões e, a outra metade, para Estados e municípios.

Como se trata de um tributo regulatório, o IPI pode ser

GUEDES Ministro fala em reindustrialização do Brasil e em crescimento econômico

reduzido por decreto presidencial, sem precisar do aval do Congresso Nacional.

No início do mês, o Estadão/Broadcast antecipou que o governo estudava uma redução entre 15% e 30% do IPI. A redução de 30% impactaria em R\$ 24 bilhões a arrecadação de tributos, o que também diminuiria o repasse do imposto aos Estados (metade da arrecadação de IPI vai para o caixa dos governadores). A ideia em discussão é reduzir a alíquota incidente sobre todos os produtos, para não beneficiar setores.

O ministro disse ainda durante a conferência que o governo federal pode liberar, este ano, recursos do FGTS para que as pessoas paguem dívidas.

Ministro propõe aumento de R\$ 400 em vale-alimentação

CARLAARAÚJO E FABRÍCIO DE CASTRO, DO UOL, EM BRASÍLIA

Em uma verdadeira batalha para convencer o presidente Jair Bolsonaro (PL) de que não é o momento para o reajuste de servidores públicos federais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou uma nova proposta para usar o montante de R\$ 1,7 bilhão separado no Orçamento e atender de alguma forma o funcionalismo. A proposta que está atualmente nas mãos do presidente prevê a concessão de um benefício de R\$ 400, a ser incorporado no vale-alimentação, ou seja, sem estar sujeito a tributação (livre de Imposto de Renda).

De acordo com a equipe econômica, o ajuste do auxílio-alimentação só contempla o Executivo Civil ativo, em torno de 480 mil pessoas, o que faria com que o aumento dado coubesse dentro do atual orçamento disponível de R\$ 1,7 bilhão. Segundo um

técnico do time de Guedes, um reajuste salarial linear teria um impacto maior, considerando também os aposentados, com um custo estimado de R\$ 8,5 bilhões.

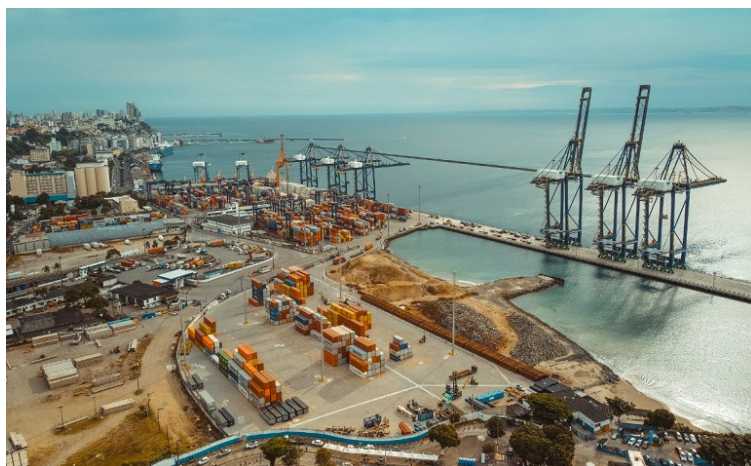
A medida é considerada de baixo impacto para a chamada "elite do funcionalismo", mas, segundo técnicos da pasta, representa um aumento de cerca de 10% para uma boa parte dos servidores, que ganha por volta de R\$ 4 mil. O argumento é de que o presidente estará atendendo de forma linear todos os servidores dentro da possibilidade orçamentária, sem cometer injustiças e ajudando a base da pirâmide do funcionalismo.

Guedes voltou a argumentar que um reajuste exclusivo para os policiais tem potencial de gerar um efeito cascata muito negativo para as contas públicas. Segundo interlocutores do ministro, além de Receita Federal e do Banco Central, cresceu a pressão também por parte do Judiciário.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/02/2022	Coluna: Economia



PORTOS DA BAHIA REGISTRAM 2º MAIOR CRESCIMENTO DO PAÍS EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM 2021



admin 22 Fevereiro, 2022

A Companhia das Docas do Estado da Bahia registrou crescimento percentual de 15,92%, em relação a 2020, na movimentação de cargas, o segundo maior entre as Companhias Docas do Brasil. Os dados foram divulgados no Anuário ANTAQ 2021, publicado este mês. A primeira colocada foi a Companhia das Docas do Espírito Santo (CODESA), com incremento de 18,27%.

No acumulado de 2021, o Porto de Salvador movimentou 5.7 milhões de toneladas, aumento de 9%, em relação a 2020, enquanto Aratu-Candeias e Ilhéus movimentaram, respectivamente, 7,3 milhões (+20,32%) e 464 mil (+44,24%). Entre as cargas negociadas, as que mais se destacaram foram: soja e níquel (Porto de Ilhéus); nafta, combustíveis, fertilizantes e concentrado de cobre (Porto de Aratu-Candeias); celulose, carga de projeto e containerizadas (Porto de Salvador).

“A posição conquistada no ranking nacional de desempenho dos Portos Públicos é resultado de um viés de crescimento estável nas movimentações, que tem se mantido, há 15 meses”, explicou o diretor-presidente da Codeba, Carlos Amaral.

Na lista, divulgada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a CODEBA registrou desempenho superior ao da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ (14,35%), da Companhia Docas Do Rio Grande do Norte – CODERN (7,32%), do Porto de Santos (-1,01%), da Companhia Docas do Ceará – CDC (-2,21%) e da Companhia Docas do Pará – CDP (-8,87%).

“Mesmo em tempos difíceis, os portos do Brasil vêm mostrando resiliência e surpreendendo. Hoje, vemos que o que era gargalo logístico se transformou em solução e isso é fruto de uma gestão técnica e eficiente, que tem conduzido as companhias docas com excelência. A CODEB é exemplo disso e o crescimento exponencial na movimentação mostra que esse trabalho vem dando bons resultados”, destaca o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/02/2022	Coluna: Economia



SUPERÁVIT PRIMÁRIO DOS ESTADOS E DO DF QUASE DOBRO E CHEGA A R\$ 124 BI



admin 22 Fevereiro, 2022

O crescimento da economia e a baixa expansão dos gastos públicos fizeram todas as 27 unidades da Federação fechar 2021 com as contas no azul. No ano passado, os estados e o Distrito Federal registraram superávit primário de R\$ 124,1 bilhões, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária dos estados e do DF, divulgado nesta segunda-feira (21) pelo Tesouro Nacional. O montante representa crescimento de 91% em relação ao resultado positivo de R\$ 64,8 bilhões registrado em 2020. O superávit primário representa a economia de recursos para pagar os juros da dívida pública.

O Tesouro usou os dados da execução orçamentária das 27 unidades da Federação publicados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Na próxima sexta-feira (25), o Banco Central (BC) divulgará o resultado primário das contas públicas em 2021. Os dados do BC, que são avaliados no cumprimento das metas fiscais estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), geralmente têm diferenças em relação aos do Siconfi por que a autoridade monetária usa uma metodologia distinta da do Tesouro Nacional.

Comparações

Em termos absolutos, os maiores superávits primários estaduais foram obtidos em São Paulo (R\$ 41,9 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 14,8 bilhões). Na comparação com a receita corrente líquida (RCL), no entanto, os melhores desempenhos foram registrados em Mato Grosso, com superávit de 23% em relação à RCL, e São Paulo (21%). Segundo o Tesouro Nacional, dois fatores contribuíram para o crescimento do superávit primário das unidades da Federação em 2021. O primeiro foi a recuperação da economia, que contribuiu para o aumento da arrecadação, principalmente de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo administrado pelos estados e pelo DF e que incide sobre o consumo.

O segundo fator foi o congelamento de despesas com o funcionalismo público, que vigorou por um ano e meio, de junho de 2020 a dezembro de 2021. A medida foi exigida como contrapartida pelo Ministério da

Economia em troca da ajuda de cerca de R\$ 60 bilhões que socorreu os governos locais no combate à pandemia do novo coronavírus.

Receitas e despesas

Em relação às receitas correntes líquidas, os maiores crescimentos percentuais em 2021 foram observados no Rio de Janeiro (+36%) e em Roraima (+21%). O estado que registrou o maior crescimento na arrecadação foi o Piauí, com apenas 1% de alta. Quanto às despesas correntes, Rio de Janeiro e Roraima também foram os estados que tiveram maior acréscimo, de 19% e 27%, respectivamente. O Espírito Santo foi o estado que mais conteve o crescimento dos gastos, com aumento menos de 1% comparado em 2021 na comparação com 2020.

No ano passado, Mato Grosso teve a maior poupança corrente, conseguindo economizar 28% da RCL para fazer investimentos (como obras públicas). Em segundo lugar, vieram Alagoas e Espírito Santo, com 24% cada um. Os indicadores de endividamento, no entanto, tiveram desempenho misto. No ano passado, Tocantins (-11%) e Mato Grosso (-8%) apresentaram as maiores reduções da dívida consolidada. O indicador, porém, cresceu 37% no Piauí e 31% no Amapá.

Com informações da Agência Brasil

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Governo da Bahia investe em infraestrutura e recuperação da malha viária do estado

23 fevereiro 2022

Ponte Barra x Xique-Xique. Foto: Manu Dias/GOVBA

O Governo da Bahia recupera a malha rodoviária estadual e faz intervenções que contribuem com a mobilidade entre as diferentes regiões do estado. Entre obras realizadas estão a construção e pavimentação de rodovias e outras estruturas, como pontes. Uma das principais obras entregues por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) foi a rodovia do Velho Chico, em 2020, com uma **intervenção que recuperou 136 quilômetros da BA-160**, entre Bom Jesus da Lapa, Paratinga e Ibotirama. Houve também a recuperação dos 97 quilômetros da BA-131, no trecho do entroncamento da BR-407, entre Senhor do Bonfim, Saúde, Caém e o entroncamento da BR-324, em Jacobina.

Para 2022, estão programadas a restauração ou pavimentação de outras rodovias estaduais. Atualmente, são cerca de 2 mil quilômetros em obras. Os avisos de licitação para a realização de intervenções em sete diferentes trechos foram publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 12 de janeiro. Os serviços serão realizados nas regiões do Recôncavo, Piemonte Norte do Itapicuru, Médio Sudoeste, Sudoeste Baiano, Litoral Sul e Extremo

Sul. Os envelopes com as propostas das empresas interessadas serão abertos na primeira quinzena de março.

Foto: Carol Garcia/GOVBA

“Nós já temos, em estradas recuperadas ou em recuperação, aproximadamente oito mil quilômetros de rodovias. Isso significa investimento de mais de R\$ 2 bilhões. Neste momento, nós temos dois mil quilômetros de rodovias em obras, equivalente a quase R\$ 1 bilhão, e mais de 500 quilômetros em licitação, com licitações publicadas. Então, esse é um grande investimento que o governador Rui Costa faz na recuperação da malha estadual”, destaca o titular da Seinfra, Marcus Cavalcanti.

O secretário chama a atenção também para algumas obras além das realizadas em rodovias, como a construção da ponte do Pontal, que virou um cartão-postal da região de Ilhéus, incorporada à duplicação da orla sul da cidade, e a construção da tão sonhada ponte do Rio São Francisco, entre Barra e Xique-Xique, com mais de mil metros de extensão, que permite a interligação entre a zona produtiva do oeste e a região de Irecê.

Mais projetos

Entre os projetos em execução, destacam-se a recuperação da BA-001, entre Valença e Itacaré, passando por Camamu, com 118 quilômetros, e os trechos entre Nazaré e Valença e entre Itacaré e Ilhéus, com 101 quilômetros; estradas importantes para o turismo e que vão beneficiar mais de um milhão de pessoas. Há também a **BA-649, entre Ilhéus e Itabuna**, com serviços de terraplanagem e drenagem já em andamento.

“O Governo do Estado está construindo uma nova rodovia à margem direita do Rio Cachoeira. Nós teremos uma via do lado direito, ligando Itabuna a Ilhéus, e a atual via, do lado esquerdo do Rio Cachoeira, com a construção de quatro pontes e um viaduto. É uma estrada que está no subconsciente da região cacauera há mais de 50 anos. Hoje, nós já temos mais de 6 quilômetros de obras em execução e já teremos pavimentado, até o mês de setembro, aproximadamente 5, dos 18 quilômetros dessa rodovia”, detalhou Cavalcanti.

Mais de 600 quilômetros de rodovias passam por requalificação na região da Chapada Diamantina. Os serviços são realizados na BA-046, de Itaberaba até Iaçú; na BA-245, entre Iaçú, Itaetê e o entroncamento da BA-142; na BA-142, do entroncamento da BR-242 até o distrito de Sussuarana, passando por Andaraí, Mucugê e Barra da Estiva; e na BA-148, do entroncamento da BR-242 até Rio de Contas.

A recuperação do total de 369,3 quilômetros da BA-210 também vem facilitando o deslocamento de moradores e turistas na região norte do estado. A rodovia foi restaurada no trecho entre o entroncamento da BR-110, em Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Abaré, Curaçá e Juazeiro. As obras na BA-210 também fazem parte do Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias Baianas (Premar II) e reúnem um investimento de aproximadamente R\$ 76,9 milhões.

A implantação dos 20,3 quilômetros da BA-504, entre Itanagra e a Linha Verde, facilitará o deslocamento dos moradores da região de Alagoinhas, que saem em direção ao Litoral Norte baiano para aproveitar as praias da região. A obra se encontra com 98% de execução e deve ser concluída no mês de março. O trecho reduzirá o tempo de viagem entre Alagoinhas e região até as praias, como Porto do Sauípe e Praia do Forte, de 2 horas e 30 minutos para 1 hora e 20 minutos. O investimento é de R\$ 24,9 milhões.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) também vêm ajudando a restaurar as rodovias baianas, em mais um bom exemplo desse modelo de gestão no estado. A BA-052, conhecida como Estrada do Feijão, teve 547 quilômetros totalmente recuperados e mantidos. “Tem sido excepcional. As pessoas não se lembram muito como era a nossa ida de Salvador até Camaçari, e nós temos hoje a Via Parafuso totalmente duplicada, a CIA-Aeroporto duplicada, parte da BA-093 duplicada e a construção da ponte do Rio São Francisco, entre Barra e Xique-Xique”, lembrou o secretário de Infraestrutura.

“Já estamos com as obras da nova Estação Rodoviária de Salvador. Terminamos a consulta pública e vamos publicar o edital, no fim de março ou início de abril, da construção do novo aeroporto da Costa do Descobrimento, que vai ficar entre Porto Seguro e Eunápolis, com capacidade de ter voos internacionais para a Europa e Estados Unidos sem nenhuma restrição”, finalizou Cavalcanti.

Repórter: Lina Magalhães



Parceria com Ibametro aprimora cadeia de compras públicas do Estado

22 fevereiro 2022

A Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb) e o Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (Ibametro) acabam de fechar um termo de cooperação técnica que prevê a realização, ao longo dos próximos três anos, de uma série de ações voltadas para aprimorar a cadeia de compras públicas do Estado. O documento vai garantir a continuidade de uma parceria desenvolvida pelos dois órgãos desde 2016, viabilizando, entre outras iniciativas, o trabalho de avaliação técnica do Catálogo de Materiais do Estado, além de análises de amostra de materiais e a capacitação dos gestores de suprimento dos mais diversos órgãos do Estado.

“A parceria com o Ibametro é hoje essencial para manter atualizados os nossos processos, desde a aquisição até o recebimento de materiais”, afirma Priscila de Araújo Gomes, que atua na área de Registro de Preços, da Diretoria de Material da Saeb. De acordo com ela, o Catálogo de Materiais do Estado conta hoje com aproximadamente 17,9 mil itens ativos no cadastro para atender as necessidades dos órgãos da administração direta e indireta, incluindo desde materiais de higiene e escritório até pneus. A proposta é de que, sempre que necessário, a equipe do Ibametro realize análise técnica e revisão das descrições de itens do catálogo que estão sob a sua competência técnica, sugerindo inclusive a opção por produtos sustentáveis. Além disso, no presente foram inseridos para análise os itens de uso comum mais utilizados pelas unidades e que são inseridos nos processos licitatórios de Registro de Preços gerenciados pela Diretoria de Material.

Já os treinamentos técnicos fornecidos pelo Ibametro serão voltados para os gestores dos 407 almoxarifados mantidos pelo Estado, entre outras lideranças da área de suprimento dos órgãos estaduais. A previsão é realizar uma capacitação por semestre, com conteúdos voltados para aprimorar a avaliação que os profissionais dos almoxarifados fazem dos produtos adquiridos nas compras públicas.

Veículo: Metro1	
Data: 22/02/2022	Caderno: Cidade



CIDADE

"Decretaram fim da pandemia", diz secretária sobre corte de recursos federais para leitos de UTI

Para manter atuais 649 equipamentos em funcionamento, Bahia e municípios do estado terão que arcar com mais de R\$ 23 milhões por mês



Foto: **Reprodução**

Por: **Metro1** no dia 22 de fevereiro de 2022 às 18:53

A partir da próxima segunda-feira (28), o Ministério da Saúde reduzirá em 62,5% o financiamento federal para a manutenção dos leitos de UTI Covid-19 em todo o Brasil, despencando o custeio de R\$ 1.600 pela diária de um leito para R\$ 600. A diferença atinge diretamente os cofres estaduais e municipais, sem planejamento prévio.

Para manter os atuais 649 leitos de UTI para o tratamento da Covid-19 em funcionamento, o Governo do Estado e os municípios terão que arcar adicionalmente com mais de R\$ 23 milhões por mês.

“Isso é um absurdo! Decretaram o fim da pandemia pela via financeira. O dinheiro repassado pelo governo federal já não era capaz de cobrir os custos e tinha de ser completado por estados e municípios em todo o Brasil. Agora, a situação ficou ainda pior, pois o Ministério está fazendo economia às custas da saúde do povo brasileiro”, declarou, diante do corte, a secretária da Saúde da Bahia Adélia Pinheiro.

Adélia ainda afirmou que, caso necessário, a questão será judicializada.

Junto à redução no financiamento de leitos para o coronavírus, o Ministério da Saúde também propõe incrementar o repasse para leitos de terapia intensiva de outras especialidades. “Os 1.226 leitos de UTI na Bahia que já se encontram habilitados, ou seja, já tinham algum financiamento, teriam um adicional de aproximadamente R\$ 126,76 por dia. Ainda que esse incremento seja importante, a conta não fecha e a pandemia não acabou. Como saldo, a redução de recursos é substancial e essa mudança pode prejudicar a assistência”, avalia a secretária.

Veículo: G1	
Data: 23/02/2022	Caderno: Política



Reforma tributária: relator dobra período de transição e adapta texto com regras para combustíveis

Parecer de Roberto Rocha (PSDB-MA) deve ser lido nesta quarta (23) na CCJ. Relatório inicial previa 20 anos de transição; nova versão prevê 40 anos.

Por Marcela Mattos, g1 — Brasília

23/02/2022 10h10 Atualizado há 3 minutos

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator de um dos projetos que tratam sobre a reforma tributária, divulgou nesta quarta-feira (23) um novo parecer que atualiza relatório apresentado em outubro do ano passado. Inicialmente, a previsão era que esse processo demoraria 20 anos. Agora, será completado em 40 anos.

No novo texto, o relator traz algumas adaptações quanto a tributações sobre combustíveis – tema que é alvo de discussão no Congresso – e amplia o período de transição para a incidência de um novo imposto que deve ser criado pela reforma, chamado IBS, imposto que incidirá sobre bens e consumo.

A nova versão deve ser lida nesta quarta durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A leitura é um trâmite regimental que antecede a votação do texto. A expectativa, no entanto, é que a deliberação não aconteça nesta quarta, já que desde a semana passada já havia a previsão de pedidos de vista (ou seja, de adiamento). Com isso, a análise da matéria deve ficar para a segunda semana de março, depois do feriado de Carnaval.

Transição mais ampla

A PEC relatada pelo senador tucano visa a simplificação dos tributos indiretos, incidentes sobre o consumo e a produção, e prevê a criação do

Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, com a criação de dois tributos – um de competência dos estados e municípios e o outro de competência da União.

O IBS, imposto sobre bens e prestação de serviço, substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), municipal. Já o segundo imposto, chamado CBS, deverá substituir a Cofins, a Cofins-importação e o PIS, que são federais.

Entre as mudanças, o relator dobrou o período de transição para a adaptação ao IBS. Inicialmente, a previsão era que esse processo demoraria 20 anos. Agora, será completado em 40 anos, organizados em duas etapas de 20 anos cada.

Veículo: G1	
Data: 22/02/2022	Caderno: Economia



Inflação, combustíveis, bolsa, exportações: entenda os impactos da crise na Ucrânia para a economia brasileira

Especialistas ouvidos pelo g1 dizem que preços das commodities podem carregar o patamar de juros altos por mais tempo, freando ainda mais o crescimento econômico.

Por Raphael Martins e Thais Matos, g1

22/02/2022 15h12 Atualizado há 16 horas



Trabalhador caminha por campo de petróleo na cidade de Nefteyugansk, na Rússia — Foto: Reuters/Sergei Karpukhin

Os juros altos, a inflação em dois dígitos e o fraco crescimento econômico já vinham bastante desafiadores para a economia brasileira este ano. Agora, o possível conflito na [fronteira da Ucrânia](#) pode piorar ainda mais o cenário.

Sempre que há um conflito entre nações poderosas, **há risco de aumento da inflação, com pressão nos preços e redução da oferta de produtos.** Pode ocorrer também um baque no crescimento por conta do aumento dos riscos, que tende a diminuir os investimentos, derrubar os ganhos das empresas e impactar as ações.

Como se não bastasse, o conflito entre [Rússia](#) e [Ucrânia](#) acontece quando a economia global ainda se recupera dos efeitos da pandemia do [coronavírus](#), que sobrecarregou as contas e impactou os preços de energia, combustíveis e alimentação.

Quais os possíveis efeitos para o Brasil?

Para o Brasil, a situação se traduz em mais pressão sobre a inflação em momento de índices já nas alturas. Especialistas ouvidos pelo **g1** lembram que a barreira de proteção do país, no momento, é a [queda do dólar](#).

- **Valdo Cruz:** [governo Bolsonaro fez a aposta diplomática errada e vai sofrer na economia](#)

Com a valorização recente do real, itens importantes como alimentos e combustíveis estão relativamente controlados enquanto a tensão se desenrola na fronteira ucraniana.

Mas há dois problemas: a alta dos juros freia ainda mais a perspectiva de crescimento econômico e uma aversão a risco mais intensa tende a trazer impacto mais sério a economias emergentes.

“O Brasil tem uma taxa de investimento historicamente muito baixa e deve piorar com esse cenário global. Evidentemente, impacta o crescimento econômico, a geração de emprego e renda”, afirma Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados.

Veja abaixo os possíveis efeitos sobre a economia brasileira em várias frentes:



Entenda os movimentos separatistas na Ucrânia

Combustíveis e inflação

A tensão na fronteira ucraniana renova preocupações com os preços das commodities, em especial o petróleo. Para o Brasil, a valorização do barril do tipo Brent desde o início da pandemia foi um responsáveis pela inflação pelo efeito nos preços da gasolina e do diesel.

Para o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria, o principal impacto para o Brasil é justamente via petróleo e preço dos combustíveis e isso, por si só, não afeta tanto a recuperação brasileira.

"É um quadro que pode piorar a questão inflacionária, mas não deveria ter uma resposta do Banco Central. O BC está prevendo a redução do ritmo de alta para a próxima reunião, e, a princípio, não mudará porque o petróleo e os combustíveis não são preços afetados pela política monetária. A economia está fraca por outras razões e vai continuar", diz.

Como o **g1** mostrou ao longo do ano passado, os combustíveis sofreram seguidos choques com o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional e também com o real desvalorizado frente ao dólar.

O preço do barril de petróleo teve média de US\$ 44 em 2020 e chegou a US\$ 70 no ano seguinte. O agravamento do conflito na Rússia deu novo impulso aos preços do insumo, que esbarram agora nos US\$ 100.

Diferente dos anos anteriores, contudo, 2022 vem sendo marcado pela entrada de dólares no país, fortalecendo o câmbio aos poucos. Até o fechamento do mercado nesta terça-feira, a moeda americana registra queda de 9,39% no ano, negociado a R\$ 5,05.

Com o petróleo subindo de um lado, mas o dólar caindo do outro, forma-se uma gangorra que mantém os preços com certa estabilidade.



Miriam: Tensão na Ucrânia bate diretamente no Brasil nos combustíveis, alimentos e energia

Por isso, para Roberto Motta, chefe da mesa de derivativos da Genial Investimentos, a "defesa" do Brasil contra um impacto nos combustíveis foi a elevação agressiva da taxa Selic, que cria um diferencial de juros que volta a ser atrativo para o investidor estrangeiro.

"O conflito tem impacto inflacionário? Sim, mas não deve mudar o 'plano de voo' do Banco Central, que é atrair dólar ao elevar — e manter no alto — a taxa de juros em patamar muito restritivo", diz o analista.

A meta central de inflação para 2022 é de 3,50% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar entre 2% e 5%. Mas o boletim Focus, sondagem semanal do BC com economistas do mercado financeiro, a projeção é de 5,56%, um novo rompimento do teto e que explica o "pé no acelerador" da subida de juros.

Também de acordo com o Focus, a projeção da Selic está em 12,25% ao ano para o fim de 2022, contra os atuais 10,75%. O aperto dos juros é a forma de compensar uma política fiscal de gasto mais intensa em ano eleitoral.

"Esticar o tempo de juros elevados pode gerar recessão em 2022, mas o BC deixou claro que sua agenda é ancorar a inflação. Assim, o real continua blindado por termos o maior juro real do mundo", diz Motta.

Bolsa e dólar

Em geral, conflitos geopolíticos provocam reação imediata dos mercados internacionais. A particularidade da tensão entre [Rússia](#) e [Ucrânia](#) é que as atividades têm sido anunciadas passo a passo desde o fim de 2021, espalhando o impacto nas bolsas.

Outra contribuição relevante é o aumento de juros dos Estados Unidos, que tem agora mais um evento inflacionário para influenciar a análise do Federal Reserve.

Mas, surpreendentemente, a bolsa brasileira reage positivamente e bolsas estrangeiras têm quedas comedidas. Em suma, a reação é que **o mercado já vinha se preparando para um evento mais determinante**, como o reconhecimento das províncias separatistas na [Rússia](#).

Além disso, a bolsa brasileira tem uma participação enorme de empresas exportadoras de commodities, como Vale, Petrobras, Suzano e tantas outras. Um aumento da demanda traria bons resultados e valorizaria os preços dos papéis. Resultado foi a entrada de mais de US\$ 50 bilhões na bolsa neste ano e alta de 1,04% nesta terça-feira.

A discussão, então, volta a se fixar nos próximos passos. Roberto Motta, da Genial, diz que o conflito chegou a um ponto de não retorno, em que o presidente russo Vladimir Putin não poderia retroceder sem alguma conquista. Para ele, a independência das repúblicas separatistas pró-Rússia no leste da Ucrânia, Donetsk e Luhansk, pode ser esse "troféu".



Mercado financeiro aumenta a previsão do IPCA pela 6ª semana seguida

"É um evento que, se for bem contornado pela diplomacia, com nível razoável de sanções, pode esvaziar as tensões e pode ser até bom para ativos de risco. **O problema é se Putin for tomado pela euforia e avançar**", diz o analista.

"Os pêndulos serão Alemanha e França. A Alemanha é mais industrializada e consome energia, vai ser dependente desses preços e vai ter que instaurar sanções que sejam razoavelmente bem aceitas para não ver novas escaladas no conflito", prossegue.

Não parece ser esse o curso das atitudes, por ora. O chanceler alemão, Olaf Scholz, anunciou nesta terça-feira a suspensão da autorização para o gasoduto Nord Stream 2, que liga a Rússia à Alemanha. O gasoduto aumentaria o abastecimento de gás russo à Europa, no momento em que a produção própria registra queda.

Apesar de tirar proveito das commodities, uma intensificação do conflito pode ser negativa para o Brasil.

“Quando se tem risco global maior, os países emergentes sofrem mais porque o investidor pode buscar uma situação mais confortável em juros dos EUA e União Europeia. Podemos ter uma nova saída de investidores do Brasil”, lembra Wagner Parente, da BMJ.

Exportações

A [Rússia](#) não é um dos grandes parceiros comerciais do Brasil. Não há, portanto, um impacto direto nas exportações brasileiras. É fundamental, contudo, estar atento às reações da China em meio ao aumento das tensões geopolíticas na região.

A China, sim, é o maior parceiro comercial do Brasil e tradicionalmente tem um alinhamento com o governo russo.

"Até o momento, os chineses se mantiveram alheios à situação. Mas, se formarem uma oposição com Estados Unidos e Europa, tem-se um cenário de polarização que pode impactar fortemente o Brasil", analisa Parente, da BMJ.

Na relação direta com a [Rússia](#), o Brasil depende principalmente da produção de fertilizantes (60%) e outros itens ligados à agricultura.

No ano passado, quatro dos cinco produtos que o Brasil mais comprou dos russos serviam para preparação do solo. **Um desabastecimento desses adubos e fertilizantes poderia aumentar os custos dos alimentos no país.**

“A [Rússia](#) é o maior exportador mundial de fertilizantes, o que pode afetar o preço de commodities como a soja, e levar a impacto na produção de proteína animal”, explica Parente.

Veículo: G1	
Data: 23/02/2022	Caderno: Economia



Arrecadação tem alta real de 18,3% em janeiro, e soma R\$ 235 bilhões, novo recorde para o mês *Informações foram divulgadas nesta quarta-feira pela Secretaria da Receita Federal.*

Por Alexandro Martello, g1 — Brasília

23/02/2022 10h30 Atualizado há 4 minutos

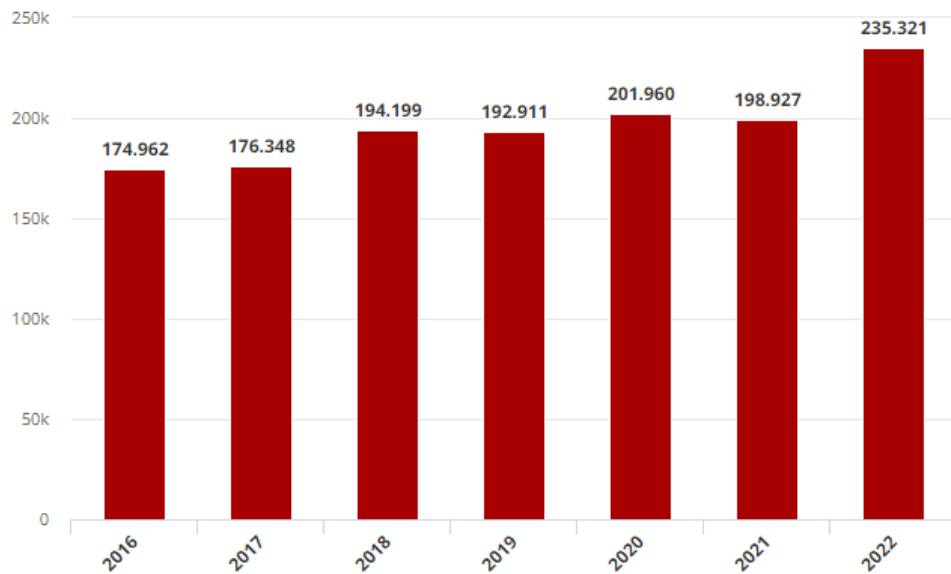
A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu **R\$ 235,321 bilhões em janeiro**, informou nesta quarta-feira (23) a Secretaria da Receita Federal.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a arrecadação foi de R\$ 198,927 bilhões (valor já corrigido pela inflação), houve aumento real de 18,3%.

A arrecadação de maio é recorde para esse mês. A série histórica da Receita Federal, atualizada pela inflação, tem início em 1995. Com isso, o resultado representa a **maior arrecadação para janeiro em 28 anos**.

Arrecadação Federal

Para meses de janeiro, em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal

De acordo com a Receita Federal, o aumento da arrecadação, em janeiro deste ano, está relacionado, entre outros fatores, com pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 12 bilhões. Esses valores decorrem, em parte, da tributação sobre a venda de participações societárias por algumas empresas.

Mesmo sem considerar esses valores extraordinários que ingressaram no mês passado, a Receita Federal informou que haveria um crescimento real de 9,19% na arrecadação do janeiro de 2022. "Esse desempenho pode ser explicado pelo comportamento da economia e pelo crescimento da arrecadação do IRPJ/CSLL, especialmente das empresas que fecharam seus balanços no mês de dezembro de 2021", acrescentou o órgão.

Em janeiro, de acordo com a Receita Federal, os seguintes fatores influenciaram a arrecadação:

- Produção industrial: queda de 5,94% contra janeiro de 2021;
- Vendas de bens: queda de 2,7% na comparação com janeiro do ano passado;
- Vendas de serviços: alta de 10,4% frente a janeiro de 2021;
- Valor em dólar das importações: alta de 30,6% nesta comparação;
- Valor de notas fiscais eletrônicas: alta de 17,03% contra o mesmo mês de 2021.

Redução de IPI será de 25%, diz Guedes; impacto é de R\$ 20 bi

Metade da perda de receita será da União, e a outra, de estados e municípios

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça (22) que o governo prepara um corte de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). De acordo com membros do governo ouvidos pela Folha, o impacto para os cofres públicos é calculado em R\$ 20 bilhões —sendo metade para a União e metade para estados e municípios.

“Vamos fazer o primeiro movimento agora e reduzir 25% do IPI. É um movimento de reindustrialização do Brasil”, afirmou em evento do banco BTG Pactual. “Esse excesso de arrecadação não é para inchar a máquina de novo. Preferimos transformar esse ganho de arrecadação em redução de impostos para milhões de brasileiros”, disse.

A Receita Federal encerrou 2021 com uma arrecadação recorde de R\$ 1,8 trilhão, um aumento real de 17,3% em relação a 2020 —ano mais afetado pela pandemia da Covid-19. Analistas, no entanto, consideram que o valor foi impulsionado pela inflação, que o ritmo de crescimento não será o mesmo neste ano e que as despesas continuam subindo.

A redução do IPI também foi implementada no governo Dilma Rousseff (PT), para tentar movimentar a economia. Por ser um imposto re-



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento no Planalto. Pedro Ladeira - 10.fev.22/Folhapress

gulatório, o IPI pode ter suas alíquotas alteradas por meio de decreto presidencial, sem necessidade de aval do Congresso —onde governadores e prefeitos, que também seriam afetados, exercem poder de pressão.

A ideia é que, caso a proposta seja implementada, apenas cigarros e bebidas continuem com tributação mais elevada. Já produtos de linha branca ou automóveis, por exemplo, teriam a carga reduzida.

O ministro disse que a medida tem o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele não informou quando seria implementada nem que tipo de compensação orçamentária está sendo planejada.

Guedes diz que a medida é necessária porque a indústria sobre há décadas com altos impostos, juros altos e encargos trabalhistas excessivos.

Conforme mostrou a Folha, o governo tem usado o corte de IPI como forma de pressão sobre governadores para que eles aceitem uma mudança na cobrança do ICMS dos combustíveis.

Enquanto o governo estuda cortar tributos federais para baixar os preços nas bombas, a equipe econômica quer que os governadores também deem sua contribuição na redução em vez de reajustar salários de servidores. Para isso,

passou a estimular a aprovação do projeto de lei complementar 11/2020 —que está no Senado e altera regras do ICMS sobre combustíveis.

No dia 16, no entanto, 27 secretários estaduais de Fazenda divulgaram carta contra o projeto 11/2020. Isso ocorreu mesmo após a versão do substitutivo apresentado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN). Agora, Guedes volta a falar no IPI.

As diferentes ideias de cortes de impostos vêm sendo acompanhadas de perto pelo mercado devido ao potencial de impacto fiscal das medidas.

Sergi Lanau, economista-chefe-adjunto do IIF (Instituto de Finanças Internacionais, associação global de bancos), escreveu em artigo nos últimos dias que o Brasil dificilmente evitará um cenário de crescimento acelerado da dívida nos próximos cinco anos se implementarem cortes tributários significativos, como em combustíveis.

Lanau via a proposta de corte no IPI do Ministério da Economia como a opção com menor impacto. Outras propostas, no entanto, continuam em discussão paralelamente.

O preço dos combustíveis é uma prioridade de Bolsonaro e da base aliada, que teme o impacto nas eleições e tem buscado diferentes iniciativas para endereçar o tema.

Nas duas Casas do Congresso, a redução no preço dos combustíveis é discutida. Na Câmara, foi protocolada pelo deputado governista Cristiano Aureo (PP-RJ) uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com aval do Planalto.

Já no Senado, surgiu outra apelidada de “PEC Camicase” pela equipe econômica. Ela contou com o apoio de ministros do governo e do senador e filho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O

impacto potencial é superior a R\$ 100 bilhões, segundo membros da pasta do ministro Paulo Guedes.

No cenário atual —ou seja, desconsiderando um corte tributário sobre combustíveis ou no IPI—, o Tesouro Nacional já calcula que o endividamento do governo vá se manter acima do nível pré-Covid por ao menos mais dez anos.

Ministro afirma que estuda ampliar saques do FGTS

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta terça-feira (22) que o governo pode flexibilizar até o fim do ano o uso de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Ele disse que há pessoas passando dificuldades enquanto têm dinheiro disponível no fundo.

“Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados”, BTG Pactual.

“São pessoas que têm recursos lá e que estão passando por dificuldades. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?”, questionou.

O FGTS, espécie de poupança do trabalhador, só pode ser sacado em algumas situações —como demissão sem justa causa, casos de doença grave e compra de imóvel.

O governo já tinha flexibilizado o uso dos recursos em julho de 2019, quando instituiu o chamado saque-aniversário.

IOCHPE-MAXION

É com imenso pesar que recebemos a notícia sobre o falecimento do senhor

Ivoncy Brochmann Ioschpe

Presidente Emérito do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion, aos 82 anos de idade.

O Sr. Ivoncy desenvolveu uma bem-sucedida carreira ao longo de 60 anos de serviços prestados à Companhia. Sua brilhante trajetória profissional foi marcada pelo empreendedorismo e visão de futuro.

Além do notável homem de negócios, também se destacou no campo social e humano. Por meio de sua dedicação à Fundação Iochpe, ao longo de mais de 30 anos, deixa um importante legado ao país.

A Iochpe-Maxion, nesse momento de grande tristeza, manifesta os seus mais sinceros sentimentos aos familiares e amigos do Sr. Ivoncy, a quem presta suas homenagens póstumas, agradecendo-lhe pela dedicação, valores, ética e respeito.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23/02/2022	Caderno: Economia



Reforma tributária: relator propõe transição mais suave de IBS para atrair Estados e municípios

Novo parecer define quais setores poderão ser favorecidos por regimes especiais de tributação do IBS

Luci Ribeiro e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

23 de fevereiro de 2022 | 09h51

BRASÍLIA - O relator da **Reforma Tributária** (PEC 110/2019) no **Senado, Roberto Rocha (PSDB-AM)**, apresenta nesta quarta-feira, 23, um novo relatório sobre a matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, com ajustes no período de transição do novo tributo **IBS** para conseguir maior adesão de Estados e municípios à proposta. Segundo fontes, o novo texto foi distribuído nesta madrugada aos colegas. A reforma contida na PEC 110/2019 unifica a cobrança de tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criando um IVA Dual, dividido em dois tributos: um federal, unindo PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro subnacional, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unificaria o **ICMS**, cobrado atualmente pelos Estados, e o **ISS**, recolhido pelos municípios. Cria ainda o Imposto Seletivo (IS) em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Dentre as alterações, o parecer alterado prevê que a transição do IBS da origem para o destino se completará em 40 anos, organizados em duas etapas de 20 anos cada - antes, esse período seria de 20 anos. O texto mantém, no entanto, a transição de sete anos

para substituição dos tributos. Para o relator, a mudança para 40 anos trará uma transição mais suave, para minimizar impactos na receita e atrair apoio de Estados e municípios à proposta.

O novo parecer também já define quais setores poderão ser favorecidos por regimes especiais de tributação do IBS. A versão de antes dizia apenas que Lei Complementar escolheria esses segmentos. Com a alteração, o parecer indica que serão beneficiados os setores de combustíveis, lubrificantes e produtos do fumo; serviços financeiros; e operações com bens imóveis.

FDR e Zona Franca de Manaus

Outra mudança proposta por Roberto Rocha refere-se ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Originalmente, o FDR poderia ser utilizado para honrar os atuais incentivos de ICMS, mas não havia qualquer direcionamento expresso nesse sentido. Agora, o parecer define que, até 2032, os recursos do Fundo serão aplicados prioritariamente à manutenção da competitividade das empresas que receberam benefícios fiscais de ICMS convalidados nos termos da Lei Complementar nº 160, de 2017.

O trecho que trata da **Zona Franca de Manaus** também teve uma modificação. O novo parecer mantém o tratamento favorecido à Zona Franca de Manaus, mas agora traz a previsão de que Lei Complementar definirá a participação do Estado na arrecadação do IBS decorrente das operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca, sem prejuízo do princípio do destino.

Tramitação lenta

A tramitação da reforma está caminhando devagar no Congresso. O último relatório da matéria foi apresentado em maio do ano passado. Mesmo com a promessa do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de levar a proposta adiante e pautá-la para o plenário após aprovação na comissão, há dúvidas sobre a aprovação definitiva da PEC.

Como o **Estadão/Broadcast** noticiou, líderes partidários e integrantes da CCJ dizem que há chances de o texto ser aprovado na comissão, mas a possibilidade diminui no

plenário e praticamente não existe na Câmara dos Deputados no momento. "Aprovada na CCJ, será pautada no plenário para bem da sociedade que espera uma reforma no sistema tributário", afirmou Pacheco na semana passada.

Há ainda dúvida sobre o real interesse do governo do presidente Jair Bolsonaro em aprovar a medida. "Eu acho que esta é a última janela de oportunidade desta geração nossa, e nós temos que aproveitar. Essa não é uma matéria do governo, essa é uma matéria do Senado. Ela nasceu e se encerra no Senado, porque aqui é que vai ser feita a promulgação dessa matéria", disse o relator Roberto Rocha, também semana passada.

Para a mesma reunião, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pautou a flexibilização do porte e da posse de armas. A sessão está marcada para começar às 10 horas.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 23/02/2022	Caderno: Economia



Combustíveis: imposto de exportação de petróleo será retirado de projeto no Senado, diz relator

Tributo seria usado para abastecer um fundo de estabilização de preços da gasolina e do diesel, junto de dividendos da Petrobras e recursos de leilões arrecadados pelo governo

Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo

22 de fevereiro de 2022 | 20h40

BRASÍLIA - O relator do pacote do [combustível](#) no **Senado**, **Jean Paul Prates** (PT-RN), disse nesta terça-feira, 22, que vai abrir mão da criação de um [imposto](#) sobre a [exportação](#) de [petróleo](#) bruto. Em entrevista no Senado, o parlamentar afirmou que as duas propostas sobre o tema devem ser votadas nesta quarta-feira, sem chance de adiamento.

O imposto estava previsto em um dos projetos como fonte de arrecadação da conta de estabilização dos preços, mas foi criticado por líderes partidários e especialistas.

A conta de estabilização está mantida no texto, e deve ser abastecida por recursos arrecadados pela União com os dividendos da [Petrobras](#) e leilões de petróleo. "Não está mais o imposto de exportação, não estará no parecer nenhuma alíquota", disse o relator.

ICMS

No projeto do [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços \(ICMS\)](#), o senador decidiu [endurecer o texto para mudar o modelo de cobrança do imposto arrecadado pelos Estados](#), mas mantendo a autonomia para cada governador definir a alíquota.

Os governos estaduais "deverão" – e não mais "poderão" – usar a câmara de compensação do **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)** para definir uma alíquota uniforme do tributo.

Além disso, o parecer estabelece que os Estados cobrem o ICMS com um valor percentual sobre o litro de combustível, e não mais sobre o preço final do produto. Se isso não acontecer, os governos estaduais deverão aplicar uma alíquota em cima do preço de referência com base em uma média móvel dos últimos cinco anos, de acordo com a proposta.

"Vamos ter um mecanismo indutivo. Não posso impor isso, não estou obrigando a nada", disse o senador, para quem a regra acabará levando os Estados a adorem a cobrança por unidade e mais tarde discutir uma alíquota uniforme nacional.

Em relação aos impostos federais, o relatório não inclui a sugestão do **Ministério da Economia** para **reduzir PIS e Cofins** sobre o **diesel** e o **gás de cozinha**. É uma estratégia política do Senado para forçar o governo a defender a própria proposta.

De acordo com o senador, a base governista terá que apresentar um destaque para aprovar a medida no plenário. "Não há por que não aprovar, eu que não poderia propor porque o espírito da autoria do processo não era esse."

Relator altera proposta sobre ICMS de combustíveis

Estados não serão obrigados a cobrar valor fixo, mas projeto prevê uso de câmara de compensação para cobrir eventuais perdas

BRASÍLIA

O projeto em tramitação no Senado que muda a cobrança do ICMS sobre os combustíveis para tentar reduzir o preço dos produtos

foi alterado mais uma vez pelo relator, o senador Jean Paul Prates (PT-RN). A nova versão da proposta é mais dura para mudar o modelo de cobrança do imposto arrecadado pelos estados, mas man-

tém a autonomia para cada governador definir a alíquota. O texto pode ser votado hoje na Casa.

Os governos estaduais “deverão” — e não mais “poderão” — usar a câmara de compensação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para cobrir eventuais perdas com a medida.

O projeto permite que estados cobrem o ICMS com um valor fixo, em centavos, sobre o litro de combustível, não

mais uma alíquota sobre o preço final do produto. Mas, por outro lado, não obriga a que a mudança seja feita.

Porém, se não houver mudança, os governos estaduais deverão aplicar uma alíquota em cima do preço de referência com base em uma média móvel dos últimos cinco anos, de acordo com a proposta.

—Vamos ter um mecanismo indutivo. Não posso impor isso, não estou obrigando a nada — disse o senador.

Ele avalia que a regra levará os estados a adotarem a cobrança por valor fixo e, mais tarde, discutirem uma alíquota uniforme nacional.

SEM IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

Prates disse ainda que vai abrir mão da criação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto. O tributo estava previsto em um dos projetos como fonte de arrecadação da conta de estabilização dos preços, mas foi criticado por líderes

partidários e especialistas.

A “conta de estabilização” está mantida no texto e deve ser abastecida por recursos arrecadados pela União com os dividendos da Petrobras e com os leilões de petróleo.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) afirmou que a proposta vai contra as diretrizes da política energética e pode reduzir investimentos no setor.

“No entendimento do IBP, o substitutivo contraria a legislação em vigor e a Constituição ao estabelecer regras para a modicidade dos preços internos, violando os princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência”, diz a nota. *(Camila Zanur)*

PERENCO



A Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda. torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença Prévia (LP) nº 063/2022, com validade de 5 anos, para o empreendimento de instalação do FSO Pargo e Novo Duto de Exportação de 8" PPG-1A - FSO Pargo, Polo Pargo, na Baía de Campos.

Yves Postec
Diretor Geral

ALTA DA INADIMPLÊNCIA

FGTS PARA PAGAR DÍVIDA

Guedes propõe usar recursos do Fundo para quitar débitos

ANDRÉ DE SOUZA
E GERALDA DOCA
conomiainformacao.com.br
BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou ontem com a possibilidade de o governo liberar, até o fim do ano, recursos do FGTS para que pessoas endividadas possam quitar seus débitos. Em evento do mercado financeiro, ele afirmou que a medida pode ajudar no crescimento da economia, mas não entrou em detalhes sobre o assunto. A proposta foi citada pelo ministro quando

ele listou as iniciativas que ainda serão lançadas pelo governo. Ele disse que há pessoas passando dificuldades enquanto têm dinheiro disponível no Fundo de Garantia.

— Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano, que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados. São pessoas que têm recursos lá e estão passando dificuldade. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no fundo, no FGTS.

Por que ele não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado? — disse.

No mesmo evento, Guedes afirmou ser contrário à concessão de reajustes a servidores públicos neste momento. Ele também mencionou que o governo prepara um grande pacote de crédito, na ordem de R\$ 100 bilhões, para pequenas e médias empresas — medidas que devem ser lançadas depois do carnaval.

A liberação do FGTS para pagamento de dívidas ocorre em um momento de alta no endividamento das famílias,

que chegou a 70,9%, em média, em 2021, o maior nível em 11 anos. O patamar mais crítico foi alcançado no fim do ano, em dezembro, quando a taxa foi de 76,3%, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio divulgada em janeiro.

QUASE R\$ 100 BI EM SAQUES

O quadro é mais grave para as famílias de menor renda. Na faixa com orçamento de até dez salários mínimos, o endividamento subiu para 72,1% no último ano, o que significa um crescimento de 4,3 pon-

tos percentuais ante 2020. Entre os brasileiros com renda superior a dez salários mínimos, o percentual é de 66%, mas houve um salto de 5,8 pontos percentuais na comparação com 2020.

Embora Guedes tenha citado uma proposta que usa o FGTS, desde o ano passado a gestão do Fundo não está mais subordinada a ele. A responsabilidade sobre o FGTS foi transferida ao Ministério do Trabalho e Previdência quando a área foi desmembrada do Ministério da Economia.

Apesar da declaração de

Guedes, outros integrantes do governo disseram que não estão a par da proposta de uma nova autorização de uso do FGTS. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que dita as diretrizes das políticas do Fundo e tem assento no grupo técnico de apoio ao Fundo e no Conselho Curador, não tem conhecimento da medida. Representantes do setor da construção civil e membros do Conselho Curador do FGTS também foram pegos de surpresa.

Técnica do grupo de apoio ao FGTS e uma das representantes da construção civil, Maria Henriqueta Arantes rebateu a declaração do ministro. Segundo ela, os recursos do Fundo não estão parados.

— Os recursos que estão aplicados no FGTS estão aplicados em programas que geram emprego. Qualquer medida que autoriza novos saques vai impactar o programa Casa Verde Amarela — disse, citando o programa de moradia do governo que substituiu o Minha Casa Minha Vida.

A possibilidade de usar o FGTS para pagar dívidas é mais um destino que o governo pode dar para os recursos do Fundo de Garantia, hoje usado principalmente para financiar o mercado imobiliário.

LIMITE DE R\$ 2 MIL

Entre 2017 e 2020, os saques emergenciais autorizados pelos governos retiraram do FGTS R\$ 96,7 bilhões. Segundo dados da Caixa, 118 milhões de trabalhadores foram beneficiados nesse período. As medidas reduziram as disponibilidades financeiras do FGTS, que aplica em políticas públicas de habitação para a baixa renda e projetos de saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana.

Em dezembro, o GLOBO revelou que o Ministério do Trabalho e Previdência e a Caixa Econômica Federal estudam usar recursos do FGTS para criar um novo programa de microcrédito. Segundo estudos do governo, R\$ 13 bilhões do fundo, de patrimônio do trabalhador, poderiam servir de garantias para empréstimos de até R\$ 2 mil a pessoas inadimplentes.



Orçamento em dia. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que o trabalhador deve poder usar recursos salvos no FGTS para liquidar dívidas com bancos. Em 2021, inadimplência cresceu no país

RESGATES EM SÉRIE

1 Saque de contas inativas durante o governo Temer

O ex-presidente Michel Temer autorizou o saque das contas inativas do FGTS em dezembro de 2017, na primeira grande medida que retirou recursos do Fundo de Garantia. A ação do governo beneficiou 25,9 milhões de trabalhadores que sacaram do Fundo um total de R\$ 44,4 bilhões. Os recursos ajudaram a impulsionar a economia e o consumo ao longo de 2018.

2 Bolsonaro autoriza retirada de R\$ 500 por conta ativa ou inativa

Em julho de 2019, com o sucesso da iniciativa adotada pelo governo de Michel Temer, o presidente Jair Bolsonaro autorizou o saque imediato de R\$ 500 por conta (ativa e inativa) do FGTS. A medida também criou uma nova modalidade de saque no mês de aniversário do trabalhador. O saque imediato injetou R\$ 28,1 bilhões na economia e beneficiou 60,4 milhões de trabalhadores.

3 Ação emergencial durante a pandemia de Covid-19

Bolsonaro recorreu novamente ao FGTS em 2020 como parte das medidas de enfrentamento à Covid-19. Ele autorizou o saque emergencial em valor equivalente ao salário mínimo (R\$ 1.045, na época). Para isso, o governo extinguiu o Fundo do PIS/Pasep e transferiu o saldo remanescente para o FGTS. O saque emergencial retirou R\$ 24,2 bilhões do Fundo por 31,7 milhões de trabalhadores.

4 Modalidade permite obter parte dos recursos no aniversário

Mais de 17 milhões de trabalhadores aderiram à modalidade de saque aniversário até dezembro de 2021. Com isso, conseguem acessar recursos todos os anos. Até agora, os saques nessa modalidade somaram R\$ 23,2 bilhões. Também é permitida a antecipação do recurso, por meio de operação de crédito, modalidade que já movimentou R\$ 24,1 bilhões até agora.

Ministro diz que é contra reajuste de servidor neste momento

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se manifestou contra a concessão de reajustes a servidores neste momento. Ele disse que conseguiu reduzir o déficit público e que não é possível anular esses ganhos agora, destacando que todos sofreram perdas durante a pandemia.

As declarações ocorrem no momento em que o governo do presidente Jair Bolsonaro avalia conceder reajuste linear de R\$ 400 a todos os servidores da União, de acordo com integrantes do Executivo.

REDUÇÃO DE 25% DO IPI

Guedes participou de evento de um banco de investimentos. Ele se mostrou otimista

quanto à economia brasileira em 2022 e fez elogios à própria gestão. Disse que, em “tempos de guerra”, numa referência à pandemia, foi assumido o controle político do Orçamento público.

— Estamos num momento crítico. Vamos anular esses ganhos numa escalada de reajuste, com reposições salariais? Perdas salariais foram sofridas

no mundo inteiro. Não foi só perda salarial. Perda de capital. Houve perda de salário, de aposentadoria. Vamos à ideia de buscar reposição, de mergulhar no passado tenebroso de reindexação, recessão, de dez, 15 anos de impostos altos, ou vamos ter coragem de dizer: não temos isso agora, vamos esperar um pouco?

Guedes voltou a falar em

redução de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo ele, o aumento na arrecadação será mais bem aproveitado assim do que usando a sobra para o inchaço da máquina pública, em referência à disposição dos estados para reajustar servidores. A receita do IPI é dividida com governos locais.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse, no mesmo evento, que reduzir imposto não auxilia na queda estrutural da inflação:

— Se você abaixa o imposto ou faz alguma coisa que abre mão de receita para obter um preço mais baixo naquele momento, estruturalmente você não está ajudando a inflação. Você pode ter uma queda no curto prazo, mas na parte de expectativa de inflação isso vai se incorporar. (André de Souza e Gabriel Shinohara)

Eletrobras fica mais perto da privatização após assembleia

Em clima tenso, acionistas aprovam processo.
Próximo passo é definir o preço das ações

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Após várias suspensões sob um clima tenso, os acionistas da Eletrobras aprovaram o processo de privatização da estatal em Assembleia Geral Extraordinária realizada de forma virtual na tarde de ontem.

O aval dos acionistas era considerado um passo essencial para permitir a venda da estatal. A assembleia aprovou o aumento de capital da empresa, que será feito por meio de oferta de ações.

Segundo uma fonte presente no encontro virtual, a reunião dos acionistas foi "tensa", com muitos questionamentos em relação ao balanço financeiro da estatal. Apesar do assunto não ter entrado na pauta, acionistas minoritários questionaram os dados financeiros da companhia.

O encontro começou às 14h, foi suspenso por duas horas e, em seguida, sofreu com interrupções até ser aprovado por volta das 20h.

Os 12 itens na pauta foram aprovados. A União e o BNDES não votaram.

Um dos próximos passos é a análise em março pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o preço de venda das ações, algo que ainda vai ser discutido no âmbito do conselho de administração da companhia. O governo espera concluir o aumento de capital em maio, que deve render R\$ 25,3 bilhões ao Tesouro.

CRIAÇÃO DA DONA DE ITAIPU

É por meio da emissão de ações que a União irá reduzir sua fatia dos atuais 70% do capital votante para 45%, já que o governo não vai participar da operação.

Foi aprovada a reestruturação societária da empresa, com a criação da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), que será a dona de Eletronuclear e Itaipu. Houve ainda mudanças no estatuto social da Eletrobras e a criação de uma *golden share* (ação especial com poder de veto).

Minoritários se queixaram da retirada de participações de Itaipu e Eletronuclear. Houve alertas de que ações judiciais sobre pontos da assembleia podem crescer até a operação.

PEC dos combustíveis perde força no Palácio do Planalto

Volta a ganhar força ideia da equipe econômica de desonerar apenas o diesel e o gás de cozinha

Por Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta — De Brasília

23/02/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

A ideia de cortar impostos sobre combustíveis para reduzir preços por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) perdeu força no Palácio do Planalto. Fontes avaliam que não há tempo para aprovação. Além do mais, as chances de avanço são pequenas, pois a Câmara tem uma proposta, e o Senado, outra.

Com a medida fora do radar, aumentam as chances de prevalecer a posição da equipe econômica, de desonerar apenas o diesel e o gás de cozinha. Com isso, haveria uma perda de arrecadação de R\$ 19,5 bilhões, bem menor do que os mais de R\$ 100 bilhões estimados para a PEC que tramita no Senado, batizada de “PEC Kamikaze”.

O impacto menor sobre as contas públicas deixa espaço para o ministro da Economia, Paulo Guedes, desengavetar seu plano de cortar em 25% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ontem, em evento no BTG Pactual, afirmou que a medida destinada a “reindustrializar o país” está em preparação, com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e do presidente Jair Bolsonaro.

A área econômica vinha condicionando o corte do imposto às discussões sobre combustíveis. As duas medidas envolvem redução na arrecadação. No caso do IPI, cerca de R\$ 24 bilhões.

Na visão de Guedes, o IPI deveria ser eliminado, pois trata-se de uma tributação que retira a competitividade do produto nacional. Ele comparou a situação da indústria brasileira com a do agronegócio, que está “voando” porque não paga um imposto semelhante. Não existe um imposto sobre produtos agrícolas, comentou.

Do ponto de vista técnico, o corte no IPI tem a vantagem de beneficiar todos os setores. Já a desoneração da gasolina, além de cara, iria na direção contrária à tendência mundial de eliminação do uso de combustíveis fósseis.

O IPI é regulado por decreto presidencial, o que significa que o corte no imposto não precisará ser submetido ao Congresso. Por se tratar de uma redução geral, e não específica, não é necessário compensar a perda dos R\$ 24 bilhões com a criação de nova fonte de financiamento para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A redução do IPI já vinha sendo discutida com as indústrias. Segundo um interlocutor do ministro, a principal resistência parte das indústrias da Zona Franca de Manaus, que têm como ponto de vantagem a isenção desse tributo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™

LINK PATROCINADO

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

INVESTMENT GURU

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Tênis Lacoste mais vendido de 2021. Agora com preço reduzido

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Simples truque que limpa toda a rede de esgoto em segundos

PORTAL G9

Concessões vão gerar investimento de R\$ 78 bi, prevê secretaria

Pela primeira vez, governo apresenta cálculo sobre a parcela que vai sair do papel neste ano

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

23/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas

Já contratados

Investimentos em concessões (R\$ milhões)

Setor	Investimento contratado	Até 2025	Expectativa para 2022
Óleo e gás	664,3	132,9	31,8
Transporte	438,6	89,6	13,7
Energia elétrica	95,2	61,7	15,2
Entes subnacionais	73,0	26,4	6,3
Comunicação	42,1	42,1	10,1
Des. regional	8,4	2,6	0,6
Defesa	1,5	0,9	0,2
Agricultura	1,3	0,0	0,001
Meio Ambiente	0,6	0,5	0,2
Turismo	0,1	0,1	0,02
Outros	6,2	n.d.	n.d.
Total	1.331,3	356,8	78,121

Fonte: Ministério da Economia

O governo estima em R\$ 78 bilhões o volume de investimentos a serem realizados em 2022 por meio das concessões já leiloadas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em áreas como aeroportos, rodovias, exploração de óleo e gás, energia elétrica, saneamento.

São contratos de longo prazo, a maioria de 20 ou 30 anos, que embutem planos de expansão nos empreendimentos concedidos. No total, os investimentos a serem realizados durante a vigência desses contratos chegam a R\$ 825 bilhões. Essa cifra deverá atingir R\$ 1,3 trilhão, com os leilões programados para 2022.

É com base nesses números que o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Brasil está “condenado a crescer” neste e nos próximos anos.

Esses investimentos, somados à recuperação do mercado de trabalho, vão liderar o crescimento econômico este ano, afirmou o chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. À medida em que forem superados choques de oferta ocorridos no ano passado, como a quebra das cadeias de produção, a seca e a pandemia, a economia terá resultados melhores que a maioria das previsões de mercado, afirmou.

Guedes já vinha falando sobre os cerca de R\$ 800 bilhões em investimentos contratados. Mas não havia um cálculo sobre a parcela que sairia do papel neste ano. Uma estimativa é apresentada em nota informativa elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE) que será publicada hoje.

Os R\$ 78 bilhões correspondem a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor é R\$ 38 bilhões maior que o investido no ano passado, pelas estimativas da SPE. Assim, calcula-se, haverá incremento de 2,3% na formação bruta de capital fixo, na comparação com o estimado para 2021.

O avanço das concessões se explica pela melhora nos marcos legais, disse Sachsida. Além disso, os editais de leilão passaram a privilegiar o maior volume de investimentos, e não mais o maior valor de outorga paga ao governo, como critério para definir o vencedor.

O Brasil é o terceiro país, entre as cem maiores economias, que mais aumentou sua formação bruta de capital fixo no período de 2018 a 2021, aponta outra nota

elaborada pela SPE. Entre os 20 maiores países, é o segundo que mais elevou a taxa de poupança no mesmo período. Mesmo com a pandemia, poupança e investimentos retornaram aos níveis anteriores à crise de 2015, diz a nota.

Há, porém, uma mudança na qualidade da poupança e do investimento, aponta. “O recente ciclo de recuperação do investimento tem sido liderado pela ampliação do investimento privado, melhorando a alocação de recursos e favorecendo o aumento da produtividade”.

Sem direcionamento do crédito, como ocorreu durante a política de “campeões nacionais”, o investimento vai para onde é mais produtivo, disse Sachsida. Como exemplo de mau direcionamento, citou os estádios construídos para a Copa de 2014.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™

LINK PATROCINADO

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

INVESTMENT GURU

LINK PATROCINADO

Tênis Lacoste mais vendido de 2021. Agora com preço reduzido

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

O tênis Lacoste mais vendido do ano. Agora com preço reduzido.

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Como remover a gordura do encanamento em segundos

PORTAL G9

Desoneração do diesel e do gás estará no pacote de combustíveis

Relator vai incluir pedidos do presidente da Câmara na proposta

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

23/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

O relator do chamado pacote de combustíveis do Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), anunciou ontem que vai incluir no texto a desoneração do diesel e do gás de cozinha, como vinham pedindo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e a equipe econômica. Além disso, ele cedeu aos apelos de algumas bancadas e retirou a possibilidade de criação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto.

A ideia é que, com essas alterações, o Senado aprove hoje os dois projetos. O projeto de lei (PL) 1472, de 2021, altera a política de preços de combustíveis da Petrobras, e o projeto de lei complementar (PLP) 11, de 2020, de 2020, trata da cobrança monofásica do ICMS sobre os combustíveis. É neste segundo item que deve ser inserida a desoneração dos combustíveis.

O relator pretende fazer este ajuste no texto a partir de uma emenda apresentada pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que está sendo entendida como o texto da equipe econômica. Integrantes do Ministério da Economia negam que tenham elaborado o conteúdo sugerido pela parlamentar da base aliada, mas admitem, em caráter reservado, que as propostas contemplam os interesses do Executivo.

A emenda sugere reduzir a zero, até 31 de dezembro de 2022, as alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tanto nas operações internas quanto nas importações,

incidentes sobre as operações com óleo diesel, biodiesel e GLP. A mesma emenda diz que as reduções de alíquotas de tributos federais e estaduais incidentes sobre os combustíveis, “excepcionalmente no corrente exercício”, não demandarão as medidas compensatórias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Jean Paul decidiu acatar ainda emenda do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que trata da implementação da alíquota “ad rem”, quando a cobrança do ICMS é feita a partir de um valor fixo por litro. A proposta é que os Estados possam utilizar o modelo de alíquota atual, chamada “ad valorem”, que utiliza um percentual sobre o valor do preço, quando esta se mostrar mais vantajosa.

Outra modificação que deve ser feita na véspera da votação é a retirada de um dispositivo que sugeria a implementação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto. A proposta gerou resistência em diversos partidos, como PSD, PL e MDB.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), evitou sacramentar que a votação irá acontecer hoje. “Estamos na busca de consenso para poder votar. Se eventualmente não conseguirmos nesta semana, estará novamente na pauta em 7 de março”, explicou

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

INVESTMENT GURU

LINK PATROCINADO

Tênis Lacoste mais vendido de 2021. Agora com preço reduzido

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

Simple truque que limpa toda a rede de esgoto em segundos

PORTAL G9

LINK PATROCINADO

O tênis Lacoste mais vendido do ano. Agora com preço reduzido.

ACHEI OFERTA

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Juliana Schalch adota hábitos sustentáveis com filho recém-nascido

UM SÓ PLANETA

Mais do Valor **Econômico**

UE deve impor sanções contra ministro da Defesa e agência cibernética da Rússia

A sinalização segue medidas anunciadas um dia antes, como a proibição de compra e negociação de novos títulos da dívida do país e o congelamento de ativos de três bancos



23/02/2022 10:37 — Em Mundo

Turista brasileiro gasta US\$ 690 milhões no exterior em janeiro

Estrangeiros que estiveram no país deixaram US\$ 421 milhões, contra US\$ 269 milhões em janeiro de 2021

23/02/2022 10:35 — Em Brasil

Brasil registra déficit em conta corrente de US\$ 8,146 bi em janeiro

No acumulado de 12 meses, o saldo ficou negativo de US\$ 27,733 bi, o equivalente a 1,71% do PIB



23/02/2022 10:23 — Em Brasil

Embraer assina acordo de serviço com Air Peace para frota de aeronave E2

A empresa aérea da Nigéria é a primeira cliente na África do modelo



23/02/2022 10:19 — Em Empresas

Fabricantes de materiais básicos do Japão adotam produção neutra em carbono

O mix de energia representa um obstáculo no país - apenas 18% da eletricidade vinha de fontes renováveis e 6% de energia nuclear -, assim como o custo da energia renovável



23/02/2022 10:10 — Em Empresas

BNDES comunica mudanças em diretorias de finanças e jurídica

Bianca Nasser, diretora de finanças, e Saulo Puttine, diretor jurídico, deixam a instituição e, em seus lugares, assumem, respectivamente, Lourenço Tigre e Marcelo Vianna Rangel



23/02/2022 10:06 — Em Finanças

Estrangeiros aportam R\$ 955,3 milhões na bolsa em 21 de fevereiro

Segundo a B3, superávit dos investimentos estrangeiros na bolsa em 2022 somam R\$ 56,76 bilhões



23/02/2022 10:03 — Em Finanças

Mitsubishi Electric ganha contrato para modernizar sinalização do metrô de Nova York

O contrato da Autoridade Metropolitana de Transportes de Nova York (MTA) valerá US\$ 62,65 milhões



23/02/2022 10:01 — Em Empresas

VEJA MAIS

Guedes quer liberar saldo do FGTS para pagar dívida

Proposta do ministro da Economia preocupa setor de construção civil

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

23/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas





Paulo Guedes: novo uso do FGTS faz parte dos anúncios da equipe econômica — Foto: Washington Costa/ME

O governo estuda autorizar pessoas a utilizarem seus saldos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar dívidas, disse ontem ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento do BTG Pactual.

“São fundos privados, são pessoas que têm recursos lá e estão passando dificuldades”, disse. “Às vezes, o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?” O ministro não deu mais detalhes.

Conforme informou o **Valor** em sua edição de ontem, o Planalto quer anunciar uma medida econômica por dia na semana após o Carnaval. Segundo fonte, o novo uso do FGTS mencionado pelo ministro faz parte da programação. Outra medida é o pacote de crédito de R\$ 100 bilhões.

A possibilidade de novos saques no fundo preocupa o setor de construção civil, que utiliza os recursos. “Mais uma vez opta-se em usar o FGTS como complemento de renda ao invés de usa-lo para gerar bem-estar social, empregos e renda”, criticou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins.

Guedes confirmou que há várias medidas a serem anunciadas. Além do FGTS e do crédito, ele citou o programa para geração de 2 milhões de empregos.

É a retomada da ideia de criar oportunidade do primeiro emprego e qualificação profissional por meio de bolsas pagas pelo governo e pelas empresas. A proposta chegou a ser enviada ao Congresso e aprovada pela Câmara. No entanto, foi barrada no Senado, pois o texto havia sido ampliado e convertido em uma “minirreforma trabalhista”.

Outra medida destacada pelo ministro, já anunciada, foi a renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Perto de 1 milhão de estudantes serão beneficiados com descontos que podem chegar a 92%, para os beneficiários

inscritos no CadÚnico e que estão inadimplentes há mais de 360 dias. O mesmo foi feito para bares e restaurantes, acrescentou.

O ministro afirmou ainda que vai cortar em 25% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e “reindustrializar o país”. Por outro lado, sinalizou que pode haver, até o fim do ano, uma nova rodada de abertura comercial, com corte nas alíquotas do Imposto de Importação.

Guedes antecipou que houve crescimento de 16% nas receitas, mostrando que a economia começou o ano com força - o resultado oficial será divulgado hoje. Acrescentou que os analistas, cujas previsões são de crescimento próximo a zero neste ano, “vão errar de novo”.

Contra as previsões pessimistas, o Brasil apresentou no ano passado o primeiro superávit do setor público consolidado em oito anos, citou. “O Brasil é o único país que está em pé de novo como estava antes da pandemia”, disse. A dívida pública, citou, está em 80% do PIB, e era 76% do PIB antes da crise sanitária.

O “maior ajuste fiscal da história” foi possível porque, durante a “guerra” do coronavírus, a classe política brasileira fez o que não havia feito em períodos de paz: assumir o controle sobre o Orçamento. Não faltou dinheiro para a saúde, mas não houve recursos para conceder reajustes salariais ao funcionalismo.

“Agora vamos mergulhar no passado tenebroso de indexações ou vamos assumir o controle do Orçamento?”, questionou. “Agora é ano de eleição; vamos anular esse ganho? É a decisão que está à nossa frente.”

Os resultados insubstituíveis da “boa política” são uma lição da pandemia, comentou o ministro. A outra, disse, é a possibilidade de reduzir a pobreza de forma relativamente rápida no país. Com o pagamento do auxílio emergencial, afirmou, houve a “maior queda da miséria em 40 anos no Brasil”.

O ministro da Economia repetiu a proposta de utilizar 20% a 30% das receitas com privatizações para fortalecer o fundo de erradicação da pobreza. “Vamos botar incentivo para classe política acelerar privatizações”, disse. “Quem sabe não vai ter apoio da população [às privatizações].”

Lei anterior ao Convênio ICMS Difal 236 é nula

As regras do Convênio ICMS nº 236, de 2021, devem estar expressamente previstas nos textos das leis estaduais

Por Daniel Andrade Pinto

23/02/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas

Artigos e vídeos nas redes sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da ADI 5.469 - ICMS Difal - mostram a insanidade tributária que assola o país. No caso, a Suprema Corte declarou por maioria que cláusulas do Convênio Confaz nº 93, de 2015, são inconstitucionais porque, em resumo, as matérias da Emenda Constitucional nº 87, de 2015, que incluiu o ICMS Difal na Constituição, deveriam ter sido reguladas por lei complementar.

Nesse sentido, finalizado o julgamento dos embargos em 18 de dezembro, alguns Estados editaram no “apagar das luzes” de 2021 decretos, medidas provisórias e leis estaduais para tentar impedir a aplicação do princípio da anterioridade em 2022.

Mas todos sabem que o ICMS tem implicações nacionais e que os Estados têm competência e são “obrigados” a instituir o imposto em seus territórios de acordo com regras gerais e uniformes, sob pena de “quebra” do pacto federativo e da exigibilidade de Convênio para obrigações tributárias extraterritoriais ou que superem os limites geográficos do território estadual e para casos de aplicação de alíquotas menores que as interestaduais (incentivos fiscais).

Entretanto, vários Estados não editaram em 2021 novas regras legais para exigir o tributo, o que impede a cobrança em 2022. Por outro lado, problema relevante ocorre com as leis estaduais que entraram em vigor antes da data de publicação do novo Convênio ICMS Difal nº 236, de 2021, publicado em 6 de janeiro.

As regras do Convênio ICMS nº 236, de 2021, devem estar expressamente previstas nos textos das leis estaduais

A Lei Complementar nº 190, de 4 de janeiro, estabeleceu diversas regras legais que dependeriam de convênio, inclusive para a regulação de um “portal” com biblioteca legislativa e um sistema de apuração centralizada, com controle de alíquota e divisão dos pagamentos entre os Estados, bem como para aplicação, se for o caso, de regras internas de incentivos fiscais sobre o próprio ICMS Difal em cada Estado.

Nota-se que a lei complementar estabeleceu imposição de obrigações tributárias extraterritoriais, isto é, o remetente de mercadoria a consumidor final localizado em um Estado deverá observar a legislação do Estado de destino do bem ou serviço, o que, de acordo com o Código Tributário, depende de convênio, sem o qual um contribuinte estabelecido em um Estado não estará sujeito à legislação e fiscalização de outro. É que, como se sabe, numa federação as normas de um Estado federado vigoram nos limites de seu território.

Nesse ponto, o STF entende que convênios no Confaz são etapas prévias à legislação estadual, em especial, nas situações que envolvam incentivos fiscais no ICMS (ADI 1.247, ADI 2.357 e ADI 5.929). Defender e preservar essa ordem do processo legislativo tributário reduz o caos do sistema normativo e garante neutralidade, harmonia federativa e segurança jurídica para as empresas.

Assim como convênios no Confaz não têm força para substituir matéria reservada à lei complementar, o inverso também não tem, pois cada norma jurídica tem sua função e finalidade no sistema tributário.

Na medida em que a Constituição, o Código Tributário e a Lei Complementar nº 190, de 2022, exigem a realização de convênio para operacionalizar o ICMS Difal extraterritorial, as leis estaduais anteriores à data de publicação do Convênio nº 236 são nulas e devem ser refeitas e aprovadas pelas assembleias legislativas: as regras do Convênio nº 236 devem estar expressamente previstas nos textos das leis estaduais.

Uma interpretação contrária afeta a proibição de constitucionalização superveniente de leis defeituosas em face do modelo constitucional posto em uma certa época. Tal assertiva é repetida pelo STF desde a ADI 2, cuja ementa consignou que “o vício da

inconstitucionalidade é congênito à lei e há de ser apurado em face da Constituição vigente ao tempo de sua elaboração”. No RE 390.840-5, como exemplo, a Suprema Corte declarou que ou “a lei surge no cenário jurídico em harmonia com a Constituição Federal, ou com ela conflita, e aí afigura-se írrita, não sendo possível o aproveitamento, considerado texto constitucional posterior e que, portanto, à época não existia”.

Por outro lado, vale ressaltar que a solução controversa do STF no RE 1.221.330 não pode ser aqui utilizada, uma vez que não se trata de lei estadual aprovada após emenda constitucional e antes de lei complementar, caso em que as leis estaduais ficariam condicionadas à entrada em vigor da norma geral (lei complementar).

No caso da ADI 5.469 - ICMS Difal, ficou registrado no voto condutor do ministro Dias Toffoli, entre outras diretrizes, que a matéria deve ser regulada por lei complementar e que as leis estaduais/distrital prévias e as cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio nº 93, de 2015, são inconstitucionais e produzem efeitos apenas até 31 de dezembro de 2021 (modulação de efeitos).

Entretanto, como referido, a Lei Complementar nº 190 e o Convênio nº 236 foram publicados apenas em 2022 e a maior parte das leis estaduais são de 2021 ou anteriores.

Inclua-se nesse debate a previsão contida no artigo 3º da Lei Complementar nº 190, de 2022, quanto à aplicação do artigo 150, inciso III, alínea “c”, da Constituição, o qual pressupõe respeito à alínea “b” do mesmo dispositivo: princípio da anterioridade anual e de 90 dias por se tratar (ver acórdão do STF) de inovações tributárias por alterações em critérios da regra matriz de incidência. Portanto, com leis estaduais válidas, ICMS Difal deve ficar para 2023.

Daniel Andrade Pinto é advogado, mestre em Direito Constitucional pela ITE de Bauru-SP, especialista em Justiça Constitucional pela Universidade de Pisa na Itália, tributarista, diretor e editor do núcleo de pesquisa Tributo

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Lei orgânica das PMs traz temor de risco fiscal

Parecer dá margem para redefinição de teto salarial de policiais, o que pode afetar contas estaduais

Por Marta Watanabe — De São Paulo

23/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas



Renato Sérgio de Lima: projeto poderia definir a atividade policial militar — Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Com votação esperada para fim de março, o projeto da Lei Orgânica das Polícias Militares deve suscitar debates sobre possíveis impactos fiscais aos governos

estaduais. Com requerimento de urgência aprovado na Câmara dos Deputados, a proposta pode ser levada a votação diretamente no plenário da casa a qualquer momento.

Segundo o deputado Capitão Augusto (PL-SP), relator do tema na Câmara, o substitutivo apresentado ao PL 4.363/2001 está sendo discutido com líderes da casa e com os diversos interessados para que se leve à votação o texto mais consensual possível. O deputado diz que não deve haver novas alterações significativas em relação ao parecer apresentado por ele.

Um dos trechos do parecer do deputado que têm suscitado debates sobre impacto fiscal diz que “as funções dos cargos de militar de polícia e de militar de bombeiro são atividades jurídicas e típicas de Estado, consideradas perigosas, insalubres, de natureza especial e diferenciada”.

Em nota técnica, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que ao considerar as funções dos policiais militares como “atividades jurídicas e típicas do Estado”, há impacto a diversos aspectos da administração pública na gestão de pessoas, incluindo o respeito ao limite do teto do governador para definição de salários.

Embora não garanta explicitamente alguma equiparação às carreiras jurídicas, o texto do parecer dá margem para que, num passo seguinte, se defenda que as funções dos policiais militares passem a ter algum outro teto para salários, como o dos Tribunais de Justiça de cada Estado, diz Renato Sérgio de Lima, diretor presidente do FBSP. “O impacto disso não seria apenas no topo da carreira. Isso mexeria em toda a estrutura de cargos e salários das corporações de policiais militares”, avalia.

Lima lembra que uma das questões mais controversas de substitutivo anterior, a da lista tríplice para escolha dos comandantes-gerais da PM e do Corpo de Bombeiros, acabou saindo do texto. A denominação das funções dos policiais militares como “atividades jurídicas e típicas de Estado”, porém, diz ele, daria margem também, num passo seguinte, para uma maior autonomia da Polícia Militar em relação ao governador, de forma semelhante à autonomia do Ministério Público. Para Lima, a questão certamente teria constitucionalidade discutida no Judiciário e, segundo ele, já há interpretação do Supremo Tribunal Federal indicando que a carreira dos

policiais está organizada na hierarquia e disciplina e não poderia ser uma carreira jurídica com autonomia funcional e administrativa.

Outro problema, diz Lima, é que o projeto não resolve alguns problemas que geram impacto fiscal. Ele conta que uma parte das polícias militares, que chega a cerca de 30% do efetivo em algumas localidades, está em “desvio de função”. São policiais em assessorias ou na segurança predial de Assembleias Legislativas, Tribunais de Justiça ou Tribunais de Contas, diz. “O projeto de lei orgânica teria oportunidade de estabelecer limites mais rígidos nas carreiras, definindo a atividade policial militar.” Com isso, defende, sem necessidade de novos concursos, alguns milhares de policiais poderiam estar nas ruas prestando serviços de segurança à população.

Para o deputado Capitão Augusto, não há “desvio de função”, já que a ocupação de cargos pelos policiais militares nos diversos órgãos é feita legalmente. Ele também diz que a proposta apresentada não propõe uma carreira jurídica para os policiais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

MAXVISION™

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

INVESTMENT GURU

LINK PATROCINADO

Tênis Lacoste mais vendido de 2021. Agora com preço reduzido

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

O tênis Lacoste mais vendido do ano. Agora com preço reduzido.

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO